

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

SIRLENE ALMEIDA DE JESUS

**PSICOMOTRICIDADE: CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO
APRENDIZAGEM DO EDUCANDO COM DEFICIÊNCIA**

Tabatinga – AM
2017

SIRLENE ALMEIDA DE JESUS

**PSICOMOTRICIDADE: CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO ENSINO
APRENDIZAGEM DO EDUCANDO COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão do Curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção do grau de Licenciada
em Pedagogia pelo Centro de Estudos
Superiores de Tabatinga – CSTB/UEA
– Campus Tabatinga.

Orientador: Prof^o Cleuter Tenazor
Tananta

Tabatinga – AM
2017

SIRLENE ALMEIDA DE JESUS

**PSICOMOTRICIDADE: CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO ENSINO
APRENDIZAGEM DO EDUCANDO COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado para à obtenção do grau de licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas.

Aprovado em _____ de _____ de 2017

BANCA AVALIADORA

Orientador Prof. Cleuter Tenazor Tananta
Docente do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

Profª MSc. Darcimar de Souza Rodrigues
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

Profº Esp. Salvina Oliveira Gonçalves
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

Tabatinga – AM
2017

*Dedico este trabalho a todos que
contribuíram direta ou indiretamente para
a conclusão de mais esta etapa na minha
vida.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, o centro e o fundamento de tudo em minha vida. Por cada dia renovar minhas forças, dando-me discernimento concedido ao longo da caminhada.

A minha tia avó Tereza Venança de Almeida (em memória), a minha mãe Maria de Almeida e minha tia Izaura de Almeida que na simplicidade souberam me repassar valores importantes.

Aos meus irmãos, Sirleide Almeida, Silvanio Almeida, Silvan Almeida, Silvânia Almeida, Silvanete Almeida, Isabete Almeida Silvanir Almeida e Millene Almeida, primos e sobrinhos que apesar da distância tem me apoiado com palavras de incentivo.

A todas as irmãs Ursulinas, a comunidade Santíssima Trindade que durante todo este tempo de estudo me incentivaram, apoiaram, ajudaram nos momentos difíceis e principalmente pela paciência e compreensão que tiveram comigo, em especial as irmãs Patrícia Licandro e Rosilda Pereira da Cruz pela ajuda na conclusão do trabalho.

A todos os amigos que me incentivaram na caminhada em especial ao Padre Miguel Tabuada que fez a tradução do resumo

Aos meus colegas de grupo de trabalho, Cinara dos Santos, Rosiane Maia e Ruam Thiago Lima que mesmo nas dificuldades continuaram firmes desde os primeiros períodos.

A meu orientador professor Cleuter Tenazor Tananta pela contribuição na construção do trabalho final.

A todos os colegas da turma que durante o tempo de convivência me ensinaram a valorizar as diferenças.

A todos os professores do curso de pedagogia, por ter nos desafiado a cada período a construção de um novo conhecimento.

A todos os gestores, professores, secretários, auxiliares de serviço das escolas por onde passei realizando oficinas e fazendo estágio.

“A Educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

(Nelson Mandela).

LISTA DE SIGLAS

AEE - atendimento educacional especializado

APAE - Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais

CESTB – Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

CIEEI - Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva

IAACF - Instituto Antônio Aurélio da Costa Ferreira

IBC - Instituto Benjamin Constant

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

ISNM - Instituto Nacional dos Surdos-Mudos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

SEDUC - Secretaria de Estado da Educação

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE GRÁFICOS

Aos professores e auxiliares da escola

Gráfico 1 Brincadeiras na sala de aula.....	42
Gráfico 2 Desenvolvendo a coordenação motora	43
Gráfico 3 Recursos para trabalhar a inclusão	44
Gráfico 4 Formação do professor.....	46
Gráfico 5 Espaço para trabalhar além sala de aula.....	47
Gráfico 6 Apoio para o desenvolvimento de projetos	48
Gráfico 7 Conhecimento da inclusão.....	49

Aos pais

Gráfico 1 O trabalho do professor com a psicomotricidade.....	50
Gráfico 2 Atividades motoras desenvolvidas pelo professor	51
Gráfico 3 Importância da inclusão	52
Gráfico 4 A convivência.....	53
Gráfico 5 O desenvolvimento da criança.....	53
Gráfico 6 A estrutura da escola	54
Gráfico 7 A inclusão	55

RESUMO

O presente trabalho visa relatar o uso da psicomotricidade como contribuição no processo de ensino e aprendizagem do educando deficiente, buscando valorizar as brincadeiras como momento significativo de conhecimento e interação. Ao pensar a motricidade para o desenvolvimento e aprendizagem na educação especial, faz-se necessário observar como se dá na prática, verificando os avanços alcançados na inclusão dos deficientes. Enquanto materiais e métodos, a linha de pesquisa foi Educação, Sociedade e Cultura, o tipo de pesquisa bibliográfico e de campo, onde fizemos num primeiro momento um levantamento teórico da temática e logo após fomos a campo, o método de abordagem indutivo, a pesquisa foi realizada através de observação no ambiente escolar, aplicação de questionário com apoio pedagógico, professores e pais, e entrevista com a ex-coordenadora da educação especial do Município. De acordo com os dados coletados pode-se reconhecer que, por mais que não seja visivelmente trabalhada, a psicomotricidade é um tema de conhecimento dos diferentes autores envolvidos no processo educacional, bem como a inclusão é entendida, pela comunidade escolar e familiar, na sua importância para o desenvolvimento integral do aluno. A medida que se abre espaço nas escolas para a entrada de alunos deficientes pode-se pensar que a inclusão aconteça, mas isso só não é suficiente para afirmar que existe de fato, pois são necessárias adequações na estrutura e materiais pedagógicos específicos que não foram encontrados durante a observação. Pode-se concluir que, para que aconteça a utilização da psicomotricidade nas salas de aula, o professor precisa disponibilizar de tempo para procurar e adaptar jogos e brincadeiras visando despertar o interesse do aluno com mais dinâmicas e, conseqüentemente, com maior participação.

Palavras chave: Educação especial; Aprendizagem; criança; educação motora.

RESUMEN

El presente trabajo pretende relatar el uso de la psicomotricidad como contribución en el proceso de enseñanza y aprendizaje del educando con discapacidad, buscando valorar las bromas como momento significativo de conocimiento e interacción. Al dificultar la motricidad para el desarrollo y el aprendizaje en la educación especial, se hace necesario observar cómo se da en la práctica, verificando los avances logrados en la inclusión de las personas con discapacidad. En cuanto materiales y métodos, la línea de investigación fue Educación, Sociedad y Cultura, el tipo de investigación bibliográfica y de campo, donde hicimos en un primero momento un levantamiento teórico de la temática y poco después fuimos a campo, el método de abordaje inductivo, la investigación fue realizada a través de la observación en el ambiente escolar, aplicación de cuestionario con apoyo pedagógico, profesores y padres, y entrevista con la ex coordinadora de educación especial del municipio. De acuerdo con los datos recogidos se puede reconocer que, por más que no sea visiblemente trabajada, la psicomotricidad es un tema de conocimiento de los diferentes autores involucrados en el proceso educativo, así como la inclusión es entendida, por la comunidad escolar y familiar, en su importancia para el desarrollo integral del alumno. A medida que se abre espacio en las escuelas para la entrada de alumnos con discapacidad se puede pensar que se produce la inclusión, pero eso no basta para afirmar que exista de hecho, pues son necesarios algunos cambios adecuados en la estructura y materiales pedagógicos específicos que no se encontraron durante la observación. Se puede concluir que, para que suceda la utilización de la psicomotricidad en las aulas, el profesor necesita dedicar tiempo para buscar y adaptar juegos y bromas, para despertar el interés del alumno con clases más dinámicas y, consecuentemente, con mayor participación.

Palabras clave: educación especial; Aprendizaje, niño, educación motora.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	14
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
1.1 Uma passagem histórica	14
1.2 Dos direitos: ranços e avanços	22
1.3 Autores principais e suas contribuições	26
1.4 O perfil do profissional.....	36
1.5 A estrutura das instituições	40
CAPÍTULO II	43
METODOLOGIA.....	43
CAPÍTULO III	46
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
3.1 Apoio pedagógico.....	46
3.2 Professores	49
3.3 Aos pais.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICES.....	69

INTRODUÇÃO

Nos anos iniciais a criança busca experiências que engloba o seu desenvolvimento global, na construção de conceitos, nas relações sociais. A abordagem Psicomotora permitir a compreensão e a tomada de consciência do seu ser, suas potencialidades.

A temática da Psicomotricidade: contribuições no processo de aprendizagem do educando com deficiência, na busca de investigar os aspectos e fatores importantes, suas contribuições para o processo de ensino aprendizagem, observando como se dá na prática sua contribuição.

Tendo como objetivo compreender como se dá o envolvimento da psicomotricidade em sala de aula, no desafio de oferecer uma educação integral, respeitando as diferenças no contexto escolar. Ao oferecer atividades diversificadas “O educador deve incentivar as interações sociais e o brincar na criança, reconhecendo nessas atividades seu valor para a aprendizagem, considerando o numa perspectiva sócio interacionista”. (Veiga Marcia, Revista_paidéia_2008, p. 178)

Todavia o incentivo de brincadeiras nesta fase em que se encontram as crianças do terceiro ano é de suma importância para o seu desenvolvimento integral, tendo no momento os jogos a oportunidade de relacionar com o outro, a troca de experiência, aprendendo a buscam juntos a resolução dos possíveis problemas encontrados na construção.

Portanto nesta fase em que se encontram os anos iniciais os educandos estão em formação por isso é de fundamental importância que se trabalhe com movimentos fazendo uma integração entre intelecto e motor.

Reconhecer e valorizar o momento das brincadeiras como parte do desenvolvimento integral da criança, sabendo que ao brincar se constrói relações e se agrega conhecimento.

A Educação Especial é um ramo da Educação, que se ocupa do atendimento e da Educação de pessoas com deficiência, preferencialmente em escolas regulares, ou em ambientes especializados tais como escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência mental.

Acreditamos que este assunto traz muitas inquietações e por isso resolvemos pesquisar sobre o trabalho na educação com psicomotricidade e

crianças deficientes, buscando promover novas formas de pensar a educação no âmbito escolar, visando qualificação no processo ensino aprendizagem tendo por base a formação integral da pessoa com deficiência.

A psicomotricidade enquanto processo de socialização colabora de forma significativa para a integração da criança no meio social, a partir do momento que se trabalha brincadeiras direcionadas faz com que aconteça a interação entre os educandos, proporcionando a integração desta com colegas, professores e ao longo do tempo vai auxiliando no desenvolvimento da autoestima, ao incentivando seu desenvolvimento corporal.

O presente trabalho está dividido em três capítulos

Capítulo I inicia com uma abordagem histórica no contexto mundial, Brasil, Amazonas, Tabatinga. Apresenta um breve histórico da psicomotricidade e da educação inclusiva, os avanços e retrocessos desde a homologação da lei de inclusão. Neste capítulo apresentam elementos teóricos que mostram a importância do conhecimento e aplicabilidade da motricidade no contexto escolar, utilizando autores clássicos e contemporâneos, na tentativa de responder a inquietação referente à aprendizagem da criança nesta fase entre educação infantil e ensino fundamental.

Capítulo II aborda a metodologia, utilizando o método estudo de caso com abordagem qualitativa. Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento à observação, a entrevista e o questionário, no qual foi realizado com o apoio pedagógico, entrevista com uma professora que era responsável da coordenação da educação especial no Município, professores, e alguns pais.

Capítulo III apresentam as discussões dos resultados obtidos, onde foram realizados os métodos de pesquisa qualitativa, a observação, entrevista e aplicação de questionário para alguns autores relacionados diretamente com o processo de ensino aprendizagem dos alunos. Ao optar por estes métodos buscamos compreender como se dá à utilização da temática através da observação participativa, acredita-se que a pesquisa qualitativa deixa o participante mais livre para descrever seu ponto de vista, a entrevista por proporcionar ao entrevistador à oportunidade de esclarecimento, possibilitando a inclusão de roteiros não prevista, o questionário por ser um conjunto de informação feito com a finalidade de se obter dados relevantes ao pesquisador.

Com este estudo, portanto, espera-se suscitar reflexões sobre o uso da psicomotricidade como contribuição no dia-a-dia do educador, para que possa compreender a problemática na busca de caminhos que facilitam a oferta de uma educação motora, que realmente respeite o desenvolvimento do educando. O trabalho é resultado da pesquisa de campo realizada na Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade, com alunos do terceiro ano do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO I

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Uma passagem histórica sobre o campo da psicomotricidade

A Psicomotricidade é a ciência que tem por objeto de estudo o homem através do seu corpo em movimento nas suas relações com seu mundo interno e externo. (Alves Apud, SPB, 1984). Consistem na unidade dinâmica das atividades, dos gestos, as atitudes e posturas, enquanto sistema expressivo, realizador e representativo do “ser-em-ação” e da “coexistência” com outrem. (Alves Apud Jacques Chazaud, 1976). É uma ciência que envolve toda a ação realizada pelo indivíduo, que representa suas necessidades e permite sua relação com os demais.

Historicamente o termo "psicomotricidade" aparece a partir de discurso médico, mais precisamente neurológico, quando foi necessário, no início do século XIX, nomear as zonas do córtex cerebral situadas mais além das regiões motoras. Só em pleno século XIX, o corpo começa a ser estudado, em primeiro lugar por neurologistas, devido à necessidade de compreensão das estruturas cerebrais, e posteriormente por psiquiatras, para a classificação de fatores patológicos. É justamente a partir da necessidade médica de encontrar uma área que explique certos fenômenos clínicos que se nomeia, pela primeira vez, a palavra PSICOMOTRICIDADE, no ano de 1870.

A figura de Dupré, neuropsiquiatra, em 1909, é de fundamental importância para o âmbito psicomotor, já que é ele quem afirma a independência da debilidade motora (antecedente do sintoma psicomotor) de um possível correlato neurológico.

Em 1925, Henry Wallon, médico psicólogo, é provavelmente o grande pioneiro da psicomotricidade, pois se ocupa do movimento humano dando-lhe uma categoria fundante como instrumento na construção do psiquismo. Esta diferença permite que ele relacione o movimento ao afeto, a emoção, ao meio ambiente e aos hábitos do indivíduo. Para ele o movimento é a única expressão e o primeiro instrumento do psiquismo, e que o desenvolvimento psicológico da criança é o resultado da operação e substituição de atividades que precedem umas das outras.

Em 1935, Edouard Guilmain, neurologista, desenvolve um exame psicomotor para fins de diagnóstico, de indicação terapêutica e de prognóstico. E,

em 1947, Julian de Ajuriaguerra, psiquiatra, redefine o conceito de debilidade motora, considerando-a como uma síndrome com suas próprias particularidades. É ele quem delimita com clareza os transtornos psicomotores que oscilam entre o neurológico e o psiquiátrico. Com estas novas contribuições, a psicomotricidade diferencia-se de outras disciplinas, adquirindo sua própria especificidade e autonomia. Nessa época, Ajuriaguerra atualiza o conceito de psicomotricidade, associando-o ao movimento. Em seu manual de Psiquiatria Infantil, delimita com clareza os transtornos psicomotores, “que oscilam entre o neurológico e o psiquiátrico”. Com essas contribuições, a psicomotricidade diferencia-se de outras ciências e adquire sua própria especificidade e autonomia. Ajuriaguerra com suas novas concepções teóricas passa para a história da psicomotricidade como o único que conseguiu romper efetivamente com o imperialismo neurológico e o conceito de paralelismo psicomotor de Dupré. (blog educacional BRITO, Viviane Faria Alcântara em 08 de março de 2010).

A autora faz um histórico do surgimento da psicomotricidade quem foram os pioneiros e qual a importância de cada um para o surgimento desta nova modalidade, a qual surge a partir da medicina através da terapia, com o intuito de investigar mais profundamente os transtornos infantis, fazendo com que a psicomotricidade seja diferenciada das outras ciências e adquirindo a sua própria autonomia.

Na década de 70, diferentes autores definem a psicomotricidade como uma motricidade de relação. Começa então, a ser delimitada a diferença entre uma postura re educativa e uma terapêutica que, ao despreocupar-se da técnica instrumentalista e ocupar-se do "corpo de um sujeito" vai dando, progressivamente, maior importância à relação, à afetividade e ao emocional. (blog educacional BRITO, Viviane Faria Alcântara em 08 de março de 2010).

No entanto para uma melhor diferenciação das outras ciências foi necessário à contribuição de pesquisas de diferentes autores com a finalidade de delimitação de uma postura que fosse contribuir para com o processo de terapia, tendo como finalidade o trabalho com o corpo, valorizando as suas relações afetivas e emocionais.

O surgimento da psicomotricidade no Brasil foi norteado pela escola francesa. Na década de 50 alguns profissionais ligados à área de deficiência, começaram a valorizar o corpo e o movimento. Nessa época, em Porto Alegre/RS,

foi criado o serviço de educação especial, inserindo no atendimento a Ortopedia Mental e a Educação Física para excepcionais.

Em São Paulo/SP, um psiquiatra e um neurologista enfatizavam o movimento para os processos terapêuticos da criança excepcional. Já em 1951, no Rio de Janeiro/RJ, foi criado o primeiro curso de formação de professores para deficientes auditivos, onde se incentivavam através da Educação Física, atividades como jogos, dramatizações, mímica, ritmo e dança.

Por volta de 1965, em Belo Horizonte/MG foi criado o trabalho de reeducação psicomotora no Instituto Brasileiro E. Claparede, Instituto Pedagógico. A partir de 1968, foi difundida a psicomotricidade no Brasil através de cursos em universidades de diversos estados brasileiros.

No ano de 1980 foi fundada a Sociedade Brasileira de Terapia Psicomotora que foi integrada à Sociedade Internacional de Psicomotricidade, sediada em Paris/França. Através da Sociedade Brasileira de Terapia Psicomotora/SBTP, começam a surgir em 1982 as primeiras publicações na área da psicomotricidade. Seguindo a evolução da psicomotricidade, no Brasil surgiu o primeiro curso de pós-graduação em 1983, nas universidades do rio de Janeiro. Desde então, profissionais que começaram a trabalhar com psicomotricidade, promoveram vivências motoras, através de grupos de estudos, então existentes. O contato com o trabalho psicomotor mostrava como era difícil atuar com pessoas com necessidades especiais, com dificuldades ou perturbações psicomotoras, sem alcançar em primeiro lugar um bom conhecimento de si mesmo. A Educação Especial foi o elo entre o surgimento da psicomotricidade na Europa e no Brasil.

A Sociedade Brasileira de Psicomotricidade, desde os anos de 1980, está presente em vários estados de nosso país, promovendo cursos, seminários e pesquisas, com bons trabalhos científicos, realização de vários congressos nacionais com repercussões internacionais. Atualmente os cursos de pós-graduação nesta área estão bastante acessíveis em todo o Brasil, facilitados inclusive por Instituições de Ensino à distância. (Associação Brasileira de Psicomotricidade, Autor Desconhecido, publicado em 08 de março de 2010).

A psicomotricidade surge no Brasil, como forma de contribuição na aprendizagem de crianças deficientes a começa das cidades do sul do país até chegar às regiões mais distantes no norte do país, com a psicomotricidade foi possível atender melhor os alunos da escolas especial, sendo assim um elo entre a

psicomotricidade e a educação especial. Portanto o surgimento da psicomotricidade foi de grande relevância para o atendimento das crianças com deficiência.

Educação Especial, segundo a LDB, é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação.

Desde as primeiras sociedades a pessoa com deficiência é concebida como alguém que atrapalha o andamento de um grupo, o crescimento econômico, a vergonha da família. A começar pela sociedade espartana, onde apenas as crianças que nascessem sem nenhuma malformação ganhavam o direito à sobrevivência, enquanto aquelas que apresentassem algum tipo de deficiência deveriam ser eliminadas da convivência, passando pelo conformismo piedoso do cristianismo e chegando até à segregação e marginalização operadas pelos “exorcistas” e “esconjuradores” da Idade Média.

A perspectiva da deficiência andou sempre ligada a crenças sobrenaturais, demoníacas e supersticiosas; ainda hoje estes aspectos vinculam-se à ignorância, ignorância que, por sua vez, gera atitudes de culpabilização, compaixão, desespero e indignação. Nos séculos XVI e XVII, a mitologia, espiritismo e bruxaria dominaram julgamentos morais e perseguições, em suma, meios claramente demonstrativos de valores de ordem social e de controle social.

A revolução Francesa foi, neste sentido, um novo período em que as atitudes filosóficas e antropológicas se conjugavam numa perspectiva mais humanista da deficiência. É, porém, no século XIX que iniciam-se os primeiros estudos científicos da deficiência, mais inclinados para a deficiência mental do que para outras.

Neste período, são de destaque pelo interesse global, os trabalhos de Esquirol, Séguin, Itarde, Wundt, Ireland, Ducan e Millard, Lombroso, Down, Galton, Tuke, Rusch, Dix. As designações de “idiota” e “imbecil” (Esquirol), “cretinismo” (Ireland), “demência” (Pincel), “anormais” (Decreto-Lei nº 31.801, de 26-2-41, que cria o IAACF), de “grandes anormais ineducáveis” (Decreto-Lei nº 53.401, de 27-12-45, que reorganiza o mesmo instituto), de “atraso mental” (Decreto-Lei nº 35.801, de 13-8-46, que cria as classes especiais), de “duros de ouvido” e “psicopatas” (Decreto-Lei nº 43.752, de 24-6-61, que modifica as condições do IAACF), de “crianças diminuídas” (Decreto-Lei nº 45.832, de 25-7-64, que atualiza a orgânica do

curso do IAACF), entre outros, refletem atitudes diferentes das que levaram às designações de “deficientes e de” inadaptados”, embora todas elas sejam pouco objetivas e ambíguas, pois encerraram julgamentos e critérios sociais de rendimento e de normalidade.

Podemos observar como ao longo da história o deficiente foi tendo que se reconhecer enquanto criatura que dependendo de uma lei tinha uma nomenclatura diferenciada as quais a sociedade os denominava como se estes fossem um empecilho para os que eram ditos normais e infelizmente não se podia dizer nada, por que vinha através das leis.

Historicamente, a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também tem integrado o alunado da educação especial.

A deficiência, sobretudo mental, tem características de doença que exige cuidados clínicos e ações terapêuticas. “A educação dessas pessoas” é denominada de educação especial em função da “clientela” a que se destina e para a qual o sistema deve oferecer “tratamento especial” tal como contido nos textos da lei 4024/61 e da 5692/71, hoje substituída pela nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96.

Em 1954, surge o movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e aumenta o número de escolas especiais. A APAE é concebida obtendo como parâmetro a organização da National Association for Retarded Children dos Estados Unidos da América, que consistia em uma associação de assistência às crianças excepcionais. Após a Segunda Guerra Mundial, devido ao grande número de lesionados, a Europa aproximou-se da área da saúde para este atendimento. No Brasil, os deficientes sempre foram tratados nesta área, porém, agora surgem clínicas, serviços de reabilitação psicopedagógicos, alguns mais outros menos voltados à educação.

Em 1854, que praticamente início a Educação Especial, com a educação de cegos. Nessa época, tinha chegado de Paris o jovem cego José Alves de Azevedo, que fora aprender a ler e a escrever no método Braille, ao regressar ao Brasil em 1853 3, impressionado com o abandono do cego, traduziu o livro de J. Donedet História do Instituto dos meninos Cegos de paris. O médico do imperador, José Francisco Xavier Sigaud, Francês, pai de uma menina cega, Adèle Marie Louise,

tomou conhecimento da obra e entrou em contato com o autor, que passou a alfabetizar a menina. O doutor Sigaud despertou o interesse de Couto Ferra, que encaminhou o projeto que resultou no Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

O mesmo era destinado ao ensino primário e alguns ramos do secundário, ensino de educação moral, religiosa, de música, ofícios fabris e trabalhos manuais em regime de internato.

Nesse período, fundaram-se instituições filantrópicas por todo o país (APAEs e Pestalozzis); na década de (50) na Dinamarca as associações de pais começaram a rejeitar as escolas especiais do tipo segregadora e estes receberam apoio administrativo incluindo em sua legislação o conceito de normalização, o qual consiste em ajudar o deficiente a adquirir as condições e os padrões da vida cotidiana, o mais próximo possível do “normal”, incluindo essa pessoa na sociedade. Já na década de 70, nos Estados Unidos ouvia-se falar em inclusão.

No ano de 1960 inicia-se um movimento que defendia a introdução de pessoas deficientes na sociedade, tais movimentos sensibilizaram o Governo Brasileiro de modo que foram criadas leis que asseguravam o direito à educação de pessoas deficientes.

No estado do Amazonas o atendimento às pessoas deficientes teve seu início em Manaus, no ano de 1892. Há um registro de atendimento para deficientes auditivos e mentais na Unidade Educacional Euclides da Cunha, no ensino regular estadual, em 1946, com a implantação do Instituto Montessori pelo Dr. André Araújo. No início da década de 70, a Secretaria Estadual de Educação do Amazonas começou, junto ao ministério da Educação, a especialização dos primeiros professores da rede estadual por meio de cursos oferecidos no estado do Rio de Janeiro. A partir de 1972, o atendimento educacional aos alunos com deficiência visual, auditiva e mental foi organizado em classes especiais implantadas em escolas comuns da capital do estado.

As classes implantadas como experiência piloto significaram o marco inicial na escolarização de pessoas que até aquela época estavam à margem da escola, sem nenhuma oportunidade para desenvolver suas potencialidades. Como resposta à demanda da sociedade e reconhecimento da necessidade do atendimento a estes indivíduos, a Secretaria Estadual de Educação implantou em 1975, um setor responsável pela Educação Especial denominado Coordenação de Programa de Assistência ao Educando Deficiente.

Em 1976 foram implantadas em Manaus a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE e o Centro Especial “Helena Antipoff”, da Sociedade Pestalozzi do Amazonas. (CORDEIRO KARLA CYBELE BARBOSA, p.27, 2016)

A autora discorre sobre a educação especial no Amazonas como se deu e em quais localidades eram realizadas estas atividades, para as crianças com deficiências, a mesma foi de fundamental importância para o desenvolvimento e principalmente para o conhecimento das habilidades destas crianças.

No município de Tabatinga-AM a educação especial inicia a partir de

“um encontro, uma conversa, com uma professora que veio de Manaus, com as professoras Claudete, Sueli, Doraci e Rosília, ela nos deixa um material impresso para que agente se informasse a respeito da legislação, o direito da pessoa com deficiência está na sala de aula, na época as orientações eram para salas especiais, ou seja, sala só com alunos deficientes, depois cada uma voltou para a sua sala de aula, no ano seguinte, 1994 houve a inauguração da Escola José Carlos Mestrinho a única Escola de Educação Infantil do Município, no ano seguinte foi formada duas turmas no Botinho sendo uma no período da manhã e outra da tarde, na Escola Estadual Marechal Rondon nos períodos matutino e vespertino e na Escola Estadual Pedro Teixeira duas turmas nos mesmos turnos, ambas as turmas com alunos contendo múltiplas deficiências. A turma era composta por no máximo vinte e cinco alunos, geralmente esta sala era a menor da escola e afastada de tudo. Neste período as professoras não tinham o apoio de profissionais, como pedagogo, psicopedagogo, psicólogos, era o professor na sala especial, as professoras eram três do município e uma do estado, nos trabalhamos assim por dois anos e chegou um momento em que se percebeu que não dava, as mesmas reconheceram que não tinham condições de continuar sem orientação nem recurso, então fizemos uma reunião com os superiores, o diretor da escola municipal e o coordenador da SEDUC no município, e expuseram as preocupações por não saber se estava contribuindo, ou prejudicando os alunos, por não terem orientação além dos que a professora deixou, então houve uma parada. A educação especial ficou adormecida no município. Depois disso o que teve foi um programa da série um salto para o futuro da TV Escola, os professores se reuniam para assistir o programa voltado para a educação especial, com especialista que falava com lidar com o aluno, mas era muito supérfluo, anos depois voltou com o curso de pedagogia. (entrevista realizada com a professora Claudete no dia 26/04 de 2017).

Num segundo momento houve a implantação de um Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva, Professora Esmeralda Aparício Negreiros - CIEEI que foi inaugurado no dia 29 de maio de 2004, na administração do Prefeito Raimundo Nonato Batista.

O CIEEI, como é chamado carinhosamente, nasceu a partir da vinda da Universidade Federal do Amazonas à Tabatinga com o Curso de Pedagogia, quando a disciplina “Educação Especial” impulsionou e conduziu a turma de acadêmicos a

realizar estudos, mapeando a quantidade de pessoas com deficiências existentes no município. Para tanto, organizaram o 1º Seminário de Educação Especial no Município e, assim, foi constatado um grande número de pessoas portadoras de necessidades especiais. Esse fato despertou a preocupação e o desejo de se fazer algo de concreto para fazer valer a lei que entrou em vigor em 1996.

Com o objetivo de efetivar as condições da educação especial no município, e com a perspectiva de permitir aos alunos a conquista do seu espaço enquanto sujeitos de sua construção como pessoa e resgate da cidadania, reuniram-se 06 acadêmicas do Curso de Pedagogia: Ivaneide Alves Góes, Salvina de Oliveira Gonçalves, Maria José dos Santos Tavares, Joana Suely Miranda da Silva, Bibiana Fagundes da Costa e Claudete Alves Góes. As pedagogas planejaram e elaboraram uma pequena proposta e encaminharam ao Secretário de Educação da época, professor Adalberto Augusto Pereira do Nascimento que, juntamente com o prefeito Raimundo Nonato Batista, deu o primeiro passo rumo à criação do tão sonhado Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva. O projeto contou com o apoio de uma equipe multidisciplinar da cidade de Letícia para capacitarem professores da rede municipal de ensino.

Desse modo com a aprovação e contribuição da prefeitura, inaugurou-se em 29 de maio de 2004, com o nome de Centro Integrado de Educação Especial Professora Esmeralda Aparício Negreiros – CIEE esta referida Instituição de ensino, que mais tarde, com a lei municipal nº 740/2015, de 10 de novembro de 2015 foi alterada sua nomenclatura para “Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva Professora Esmeralda Aparício Negreiros – CIEEI”, uma vez que se atendem pessoas com deficiências e promovem a inclusão. No início dos atendimentos, o CIEEI foi dirigido por uma equipe de colombianos especializados no atendimento a pessoas com deficiências, que constava dos seguintes profissionais: psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, terapeuta vocacional e professores.

Quanto ao nome da instituição, Esmeralda Aparício Negreiros é o nome de uma professora aposentada da rede estadual, que também atuou na rede municipal de ensino, foi vice-prefeita na gestão do 1º prefeito da história de emancipação política do município de Tabatinga, Sr. Oscar Gomes da Silva. Atuou ainda como professora e gestora escolar, coordenadora escolar e vice-secretária de educação e posteriormente secretária de educação.

O Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva Professora Esmeralda Aparício Negreiros - CIEEI recebeu este nome para homenagear, ainda em vida, esta professora que tanto fez para o engrandecimento da educação no município de Tabatinga. Sendo que a mesma já não vive mais conosco, pois faleceu no dia 02 de setembro de 2014, da qual temos muitas saudades. Estes dados foram da coordenação do Centro de Educação Especial e Inclusiva Professora Esmeralda Aparício Negreiro.

1.2 Dos direitos: Ranços e avanços

O artigo 29. da LDB diz que “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Portanto, a psicomotricidade ao longo dos tempos tem desenvolvido pesquisa que visa o desenvolvimento integral da criança tendo como princípio o corpo em movimento, a mesma busca a compreensão de melhorar a forma de contribuição para o aprendizado do educando, uma vez que está se dá a partir da educação motora, ou seja, através dos movimentos realizados pelas crianças.

Capítulo V da Educação Especial:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de 0 (zero) a 6 (seis) anos, durante a educação infantil. (Brasil, LDB 93/94)

Como direito a LDB afirma que será realizado o atendimento quando necessário a fim de atender as particularidades das crianças com deficiência, nas classes ou serviços especializados, no entanto a escola deve oferecer educação especializada para estas crianças com deficiência.

Fonseca Vítor diz que “o deficiente é uma pessoa com direitos e que em nenhuma circunstância pode ser privado de uma experiência real, pois todas as

experiências servem para aligeirar a predisposição ao isolamento”. Nesta perspectiva se pensa num ensino que acolha todas as crianças, independentemente de seu estado físico ou mental e lhe seja oferecido uma oportunidade de crescimento tanto social quanto intelectual.

A Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com a redação dada pela Lei nº 12.796/2013, define o seguinte:

O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Para garantir o direito do aluno deficiente o poder público adota como alternativa a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, trazendo os para a rede pública de educação assim a Lei deixa de ser apenas no papel e começa a fazer acontecer de verdade na vida de tantas crianças deficientes que por variados motivos não estavam frequentando uma sala de aula.

A educação das crianças deficientes surgiu institucionalmente, mas de maneira tímida, no conjunto das concretizações possíveis as ideias liberais que tiveram divulgação no Brasil no final do século XVIII e começo do XIX. Essas ideias já estavam presentes em alguns movimentos como: “Inconfidência Mineira (1789), Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817), que reuniram numa mesma luta uma série de profissionais como: médicos, advogados, professores, unindo-se com alfaiates e soldados, acentuando, sobretudo a partir da independência”. Profissionais que insatisfeitos com a situação política do momento começaram a reivindicar seus direitos.

Em relação à educação do deficiente, nota-se também a atuação de vultos próximos ao imperador e embora a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino elementar para todos, precisamente pela Reforma Couto Ferraz ou o “Regulamento de 17 de fevereiro de 1854 (MIRANDA, 1975, p.52) não fossem cumpridas (XAVIER Apud, p.84), é criar no município da Corte o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, pelo decreto n. 1.428 de 12 de setembro de 1854 (CHAIA, 1963, p. 148; LEMOS, 1981, *anexo 1*), e alguns anos depois o Instituto dos Meninos Surdos-Mudos (ISM), ambos sob manutenção e administração do poder central”.

A inclusão no sistema educacional da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação própria; a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas; a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino.

Decreto N° 7.611, de 17 de Novembro de 2011. Decreto de lei, o qual dispõe sobre a educação especial, atendimento especializado para pessoas com deficiência, onde deve garantir os serviços especializados, na busca de eliminar possíveis barreiras e que venha atrapalhar sua escolarização:

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Portanto está lei vem contribuir de forma significativa no que tange a educação da pessoa deficiente, uma vez que a rede pública de educação regular passa a ter que atender este público e garantir que este tenha condições para que acompanhar as aulas juntamente com seus colegas e que possa se desenvolver.

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, posteriormente chamado Instituto Benjamin Constant. (IBC) (decreto n. 1.320 de 24 de janeiro de 1891 APUD Diário Oficial [D.O] de 18 de dezembro de 1981), tem sua origem ligada ao cego brasileiro José Álvares de Azevedo, que estudara em Paris no Instituto dos Jovens Cegos, fundado no século XVII por Valentin Hauy. O Instituto destinava-se ao ensino primário e alguns ramos do secundário, ensino de educação moral e religiosa, de música, ofícios fabris e trabalhos manuais. O regime era de internato, esta forma representava o modelo de pensar da época.

Havia até certa proteção do aluno considerado apto para a função; mesmo quando completo o número dos “repetidores” o governo poderia manter o aluno com o respectivo vencimento (artigo 41, idem), embora o seu trabalho ficasse restrito aos muros do instituto, nota-se a preocupação de garantir aos alunos um posto de trabalho.

Neste sentido muito se tem discutido no Brasil e tentado fazer com que estas pessoas não fossem violadas em seus direitos, como pudemos perceber desde a época imperial até os dias atuais em que leis foram feitas e estudos realizados para defenderem o direito e, principalmente, a educação destas pessoas. Benjamin elaborou novo regulamento aprovado em 17 de maio de 1890, no decreto n. 408 (Decretos do Governo Provisório apud CARTOLINO, 1994, anexo), no qual havia a preocupação com o ensino literário, disciplinas científicas e prática profissional.

Com o passar do tempo, houve a necessidade de criar o ISM, segundo a lei nº 839 de 26 de setembro de 1857, com a nova denominação, mudada posteriormente para Instituto Nacional dos Surdos-Mudos (ISNM) e pela lei n. 3.198 de 6 de julho de 1957, para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Em Manaus, no ano de 1892, há registro de atendimento para deficientes auditivos e mentais na Unidade Educacional Euclides da Cunha, no ensino regular estadual; e em 1909, também no ensino estadual regular, há registros em Encruzilhada do Sul, na Escola Borges de Medeiros e em Montenegro, no grupo Escolar Delfina Dias Ferraz, ambos no Rio Grande do Sul, a primeira para atendimento de deficientes da comunicação e mentais e a segunda para problemas de comunicação, auditiva e mental (MEC/SG/SEEC, 1975^a).

Mesmo com o esforço de algumas pessoas, a educação especial tem avançado pouco, o que podemos verificar na LEI Nº 7.883, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989, em seu artigo 2º diz que:

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Mesmo sendo garantido por lei, ainda assim as pessoas deficientes podem contar com a plena aplicação desta lei, porém isto não é garantia que todas as instâncias públicas aplicaram a mesma nem fiscalizará para que a mesma possa ser cumprida, sabendo que nem todos têm a curiosidade de buscar informação, tanto a família do deficiente como as próprias instituições, que às vezes passam a negligenciar o atendimento por não terem informação correta, ou mesmo por preconceito.

Ainda nesta mesma LEI N° 7.883, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989.

A inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação própria;

A inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

A oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;

E o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

A inclusão deve acontecer em todos os estabelecimentos escolares e não apenas em alguns; a criança terá mais facilidade se for trabalhada desde cedo, assim está poderá desenvolver suas habilidades com menos sofrimento, pois têm mais dificuldades, o que não significa que seja incapaz de aprender, desde que, o educador disponibilize as condições necessárias para que o aluno deficiente possa compreender e assim adquirir o conhecimento adequado à sua condição.

Crianças com deficiência: “Os Estados, partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de oportunidades com as demais crianças”.

No entanto, é importante lembrarmos que, por mais que houveram alguns avanços significativos no que tange a educação especial, ainda tem muito o que caminhar para que todos os deficientes sejam respeitados nos seus direitos uma vez que nem todas as escolas nas suas estruturas e nem os profissionais estão preparados para receber este alunado por mais que a lei o determine.

1.3 Autores principais e suas contribuições sobre a ciência do movimento

Sabe-se que a Psicomotricidade é a ciência que tem como objeto de estudo o homem através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e

externo, bem como suas possibilidades de perceber, atuar, agir com o outro, com os objetos eu e consigo mesmo. “A Psicomotricidade é a ciência que estuda o homem por meio do seu movimento nas diversas relações, tanto como objeto de estudo do corpo e sua expressão dinâmica, a psicomotricidade se dá com base na articulação movimento/ corpo/ relação”. (Abecassis Myrian 2008, p. 8)

Le Bouclh afirma que:

“A educação psicomotora concerne uma formação de base indispensável a toda criança que seja normal ou com problemas. Ela ainda responde, segundo ele, por uma dupla finalidade: assegurar o desenvolvimento funcional tendo em conta a possibilidade da criança e ajuda sua afetividade a expandir-se e a equilibrar-se por meio do intercâmbio com o ambiente humano”. (LE BOUCH 1982 Apud, ALMEIDA2009, p.26)

Para o autor a educação psicomotora é a base de toda criança independentemente das suas condições físicas ou psicológicas, respondendo uma dupla finalidade que assegura o seu desenvolvimento funcional e contribui para a expansão das suas afetividades, que se dá através da interação entre as pessoas.

Educação Especial é um ramo da Educação, que se ocupa do atendimento e da Educação de pessoas com deficiência, preferencialmente em escolas regulares, ou em ambientes especializados tais como escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência mental.

Ao longo da história, a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também tem integrado o alunado da educação especial.

Principalmente a deficiência mental, tem características de doenças que exigem cuidados clínicos e ações terapêuticas.

Neste contexto surge o paradigma da inclusão, que se anuncia na passagem do século XX para o XXI, como um movimento recente e ainda não totalmente compreendido na teoria e nem assimilado na prática por aqueles que lidam com os deficientes.

Sasaki conceitua a inclusão social não como algo já definido, mas como um movimento conceitual a inclusão social não como algo já consolidado, mas como um movimento contínuo, como:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (Sasaki, 1997 Apud revista_paidéia_2008, p.40)

Nesta perspectiva a educação inclusiva é um processo a caminha da realização, aonde a cada momento se chega a uma nova etapa, até que seja concluído e todos tenham a oportunidade de se ingressar no processo educacional, sem maiores sofrimentos.

Na década de (50) na Dinamarca as associações de pais começaram a rejeitar as escolas especiais do tipo segregadoras e estes receberam apoio administrativo incluindo em sua legislação o conceito de normalização o qual consiste em ajudar o deficiente a adquirir condições e os padrões da vida cotidiana o mais próximo possível do “normal” introduzindo essa pessoa na sociedade já na década de 70 nos Estados Unidos, ouvia-se falar em inclusão.

Nesta perspectiva veremos alguns autores discorrer sobre as diferentes formas de pensar a psicomotricidade como contribuição desenvolvimento infantil de crianças deficientes onde para muitos deles o bom êxito da aprendizagem está na iniciação à psicomotricidade. Como Le Boulch, que diz, “A educação psicomotora deve ser considerada como uma educação básica para a escola”. Esta educação motora condiciona todas as aprendizagens pré-escolares sendo que, se as crianças não forem conduzidas a bom termo, estas não conseguirão tomar consciência de seu corpo; neste sentido propõe-se que o educador tome consciência da importância da psicomotricidade no processo disciplinar da criança nos primeiros anos escolares. Para ele a educação motora, ou seja, pelo movimento, tenta oferecer ao aluno uma educação que visa auxiliar o seu desenvolvimento, atingindo onde o educando se encontra em dificuldade e, assim fazendo, prevenindo as suas dificuldades escolares.

Alves nos diz que “o movimento, assim como o exercício, é de fundamental importância no desenvolvimento físico, intelectual e emocional da criança”. Ao ser realizado os movimentos o aluno está estimulando a respiração fazendo com que circule o sangue em todos os membros do corpo, além de fortalecer os músculos e os ossos.

Para Almeida, “o aluno precisa encontrar o outro alunos nas relações diárias, e é justamente neste encontrar que se possibilita a socialização e a humanização das relações”. Nesta etapa é muito importante que os educadores proporcionem momentos de interação de encontro entre diferentes crianças para que possam encontrar e neste encontro tecer relações, fazerem descobertas que são importantes para o seu crescimento pessoal.

A deficiência é uma entre todas as possibilidades do ser humano e deve ser considerada como um fator natural e possível de qualquer ser humano, mesmo que traga mudanças nos desempenhos funcionais da pessoa (VIEIRA; PEREIRA, 2003). No entanto, por muito tempo a sociedade não tinha este olhar para com estas pessoas que, por uma disfunção ou até mesmo um acidente ao qual os tornaram impossibilitados (as) de desempenhar algumas funções, tratadas muitas vezes pela própria família com indiferença, sendo desrespeitadas de várias formas. E em muitos casos, o deficiente é privado de seus direitos por vergonha da família, por falta de conhecimento e até mesmo por preconceito de alguns.

Para Geraldo Peçanha de Almeida autor do livro, Teoria e prática em psicomotricidade, a criança terá mais facilidade para aprender através do lúdico e, ao ser inserido na ludicidade das atividades escolares, o aluno se desenvolverá com maior eficácia. Partindo deste pressuposto, o trabalho da psicomotricidade é desenvolver de forma integral e dinâmica, sendo o aluno estimulado por meio de atividades, onde se visa à expressão corporal tendo como principal objetivo o seu desenvolvimento e contribuindo com o seu processo educacional.

A proposta que o autor faz é de uma prática em psicomotricidade, visando melhorar o desempenho, a interação e o bom êxito dos alunos, onde está deve ser vista como auxílio na atuação docente em sala de aula, tendo como principal objetivo o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem e em particular dos alunos deficientes, porém ele coloca as atividades apenas como uma referência e não como uma fórmula.

O mesmo conceitua a psicomotricidade como “um termo empregado para uma concepção de movimentos organizados integrados, em função das experiências vividas pelo sujeito cuja ação é resultante de sua individualidade, linguagem e socialização”. Desta forma, o aluno com deficiência poderá obter melhores resultados com o auxílio das atividades da psicomotricidade desenvolvendo assim não somente o seu intelecto, como também o seu corpo.

Geraldo Peçanha vai abordar a necessidade de que o educador conheça o significado da palavra, antes de poder ser aplicada em seu trabalho com os educandos, sendo que estes movimentos sejam de forma organizada, integral, onde o importante não é brincar para gastar energia, mas que sejam jogos pensados, que se tenham objetivos a serem alcançados, onde o educador possa estar atento para perceber as dificuldades para assim poder trabalhar o educando.

Para Marcos J. S. Mazzotta, Educação Especial no Brasil, História e Políticas Públicas (2003 p.185), a educação especial ainda “é uma prática segregacionista e um descompromisso, por parte dos profissionais da educação, em relação ao processo educacional dos alunos deficientes”. Isto se dá na medida em que a clientela não é maioria nem poderá dar resultado imediato, então não se tem o devido esforço para que estes tenham uma educação ao seu nível dentro das suas possibilidades. Por mais que se tenham profissionais preparados em desenvolverem com eficácia o seu trabalho, visando o crescimento não só intelectual como pessoal e social do aluno com deficiência, em contrapartida, as estruturas físicas não condizem com as necessidades destes alunos.

Le Boulch (1982 apud Peçanha, 2009, p.26), “afirma que a educação psicomotora concerne em uma formação de base indispensável a toda criança que seja normal ou com problemas”. Pois ela tem por principal objetivo o desenvolvimento do aluno, levando em conta todas as possibilidades que o mesmo tem de se desenvolver durante o seu processo de formação. Porém, para que aconteça este desenvolvimento se faz necessário um bom trabalho, a ser feito ainda na infância, assim, o mesmo terá facilidade em executar qualquer atividade proposta pelo professor, além de ser um futuro cidadão consciente de seu ser integral.

Em seu livro Inclusão escolar: pontos e contrapontos Valéria Amorim Arantes, diz que:

Quando entendemos que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas suas peculiaridades, ligadas a sexo, etnia, origem, crenças, tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo; portanto ser gente é correr sempre o risco de ser diferente. (ARANTES, 2006, p.33)

Para a autora este é um dilema da educação especial hoje, como tratar as pessoas com deficiência sendo que todos são sujeitos de direito, inclusive

educacional, e que exige de cada uma delas respostas à sua condição. Não basta apenas tratar de forma diferenciada, pois esta pode não ser a mais adequada, se partimos do pressuposto que todos somos diferentes; por isso a psicomotricidade pode ser uma importante ferramenta para o professor que terá pela frente este desafio de não negligenciar a igualdade a todos.

Geraldo Peçanha fala de como a “escola tem pasteurizado a construção do medo, embora não o tenha abandonado”. Para ele por mais que a escola tenha tentado acabar com o medo nas salas de aula, infelizmente não se conseguiu, pois ainda hoje existem professores que, para manter o domínio na sala, fazem ameaças verbais, o que se torna pior que os castigos físicos das palmatórias.

Uma criança que tem os primeiros contatos ao ser inserida na escola pode, num primeiro momento, afastar-se do professor por não conhecê-lo, mas logo depois começará a aproximar-se e confiar novamente. À medida que este começa a amedrontar com palavras duras, ou até com ameaças, a mesma perderá a confiança, e isto poderá acarretar traumas profundos em sua vida.

No entanto o educador dedicado poderá fazer um bom trabalho utilizando a psicomotricidade nas escolas, tornando as crianças muito mais conscientes com o objetivo de prepará-las para lidar ou encarar situações de medo com menos sofrimento. Conscientizadas que o medo faz parte da vida humana, ajudadas com ferramentas que possam se tornarem importantes e garantirem assim sua imersão social e integral. “Em 1971 Wallon se dedicou a estudar o medo e suas consequências à educação ou ao desenvolvimento da criança”. Com este estudo Wallon nos ajuda na busca de mecanismos para que possamos executar o nosso trabalho de maneira a causar menos sofrimentos aos nossos educandos.

Para as crianças deficientes não é diferente uma vez que estas têm os mesmos sentimentos e, em alguns casos, são um pouco mais sensíveis e por isso devem ser tratadas com atenção ao ser disponibilizado aos professores o seu diagnóstico para uma melhor compressão, não só do seu processo educacional como também de sua deficiência e os possíveis cuidados.

Para Valéria:

Existem duas propostas para a educação especial: uma, em que os conhecimentos acumulados sobre a educação especial, teóricos e práticos, devem estar a serviço dos sistemas de ensino e, portanto, das escolas, e disponíveis a todos os professores, alunos e demais membros da comunidade escolar, que qualquer momento pode requerê-los; outra, em que se deve configurar um conjunto de recursos e serviços educacionais (AMORIM, 2006 p.34).

Desta forma o conhecimento não fica estagnado apenas nas mãos de uma pessoa, mas perpassa por toda a comunidade escolar transformando assim a vida e conscientizando a todos da importância de se trabalhar a educação especial numa perspectiva inclusiva.

Sabemos que não existe aprendizado sem sofrimento, mas dependendo do nosso empenho este pode ser em escala maior ou menor, tal sentimento nos apresenta a possibilidade de “trabalhar com o afetivo no lugar do medo, de substituir o medo pela esperança, pelo respeito fazendo com que haja uma ligação afetiva entre educador e educando”. Neste sentido se pensa em um educador conhecedor da sua classe, pois somente assim poderá realizar um trabalho que seja de forma integrada, não visando apenas o repasse dos conhecimentos, mas formar cidadão que tenha capacidade de lidar com qualquer situação.

Todas estas indagações nos são muito caras quando o assunto passa a ser psicomotricidade. O trabalho psicomotor nos ambientes educativos necessita desta percepção muito mais aguçada, pois, nestes ambientes, as percepções e as diferenças serão tantas que se os educadores não estiverem preparados, perder-se-á toda a possibilidade de o trabalho ser mais próprio, (PEÇANHA, 2009, p.39).

O autor reforça a importância da qualificação do educador dos anos iniciais, pois esta é uma das etapas que, se mal trabalhada, pode acarretar problemas de aprendizagem por toda a vida estudantil; portanto, com a leitura deste autor, o que podemos perceber é que a qualidade da aprendizagem vai ser referente ao comprometido com que o educador disponibilizará em buscar matérias para suas aulas.

A autora Fátima Alves (2008, p.17), “o mais importante não é a criança realizar uma corrida de obstáculos, o mais rápido possível, mas sim desenvolver seu corpo e sua mente de maneira equilibrada.” Desse modo ela define a psicomotricidade como uma tarefa não fácil de ser realizada, pois a mesma não

define apenas em realizar movimento do corpo, mas também a ação e emoção como parte integral do desenvolvimento do indivíduo em formação; em seu livro *Psicomotricidade: corpo, ação e emoção*, ela fala sobre uma integração, mostrando como pode ser útil conhecer e aplicar os movimentos de forma simples e natural. Ela aborda também sobre a estrutura psicomotora da criança, onde se pode trabalhar a partir de movimentos involuntários do próprio educando.

Fátima diz ainda que o quanto antes for inserido o lúdico nas atividades dos educandos mais eles terão a oportunidade de se desenvolver com mais eficácia. Segundo a autora, esta é uma fase em que os movimentos são de fundamental importância para os desenvolvimentos das capacidades futuras, e a não utilização deste mecanismo poderá acarretar algumas perturbações, pois ao utilizar a psicomotricidade o educador conseguirá detectar com mais facilidade as possíveis perturbações e assim dar o devido acompanhamento.

No entanto sabemos que a maturação de uma criança não dependerá apenas do ambiente escolar, mas também de outros ambientes como o familiar, o social, ou seja, a criança que cresce em um ambiente favorável terá menos dificuldade de se desenvolver intelectualmente. Então, para um bom desenvolvimento integral os educandos devem estar inseridos em locais que sejam tranquilos e que venham a contribuir no seu processo de desenvolvimento, tanto na escola como na família.

Em seu livro *Psicomotricidade: corpo, ação e emoção*, Fátima dedica um capítulo sobre a psicomotricidade no processo de aprendizagem. Para ela o professor tem um papel de fundamental importância neste processo inicial do desenvolvimento do aluno, na medida em que o indivíduo se encontra em formação da própria personalidade; a psicomotricidade está presente nos menores gestos dos educandos, basta que o docente saiba como utilizar as atividades para trabalhar os movimentos, fazendo um planejamento no qual se pense em brincadeiras direcionadas e com um objetivo a ser alcançado, não sejam apenas para fazer os alunos gastarem energias ou para ocupar o tempo ocioso. Assim, Fátima nos fala da psicomotricidade como fator essencial e indispensável ao desenvolvimento global e uniforme do aluno. Diz ainda que uma criança que não conseguiu desenvolver o seu psicomotor, poderá apresentar problemas na escrita, na leitura, na direção gráfica, na distinção de letras e na ordem das sílabas, neste sentido se faz necessário uma formação adequada para o educador que trabalha com as primeiras etapas de

Educação; para que este trabalhe de forma integral o desenvolvimento do aluno, faz-se necessário pensá-lo não só naquele momento, mas em toda a sua vida escolar. A psicomotricidade ao longo do tempo deixou de ser um trabalho isolado e se tornou interdisciplinar.

Nas escolas em que os educadores não se preocupam em planejar atividades que abranjam a motricidade dos educandos com dinâmicas, jogos, gincanas e se preocupam apenas em trabalhar a leitura e a escrita das crianças, não se consegue fazer um trabalho de qualidade, pois tudo está interligado e os alunos aprendem com mais facilidade através de brincadeiras. Assim, por não saber como resolver os problemas apresentados pelas crianças que estão relacionados à motricidade e acabam sendo rotulados por falta de conhecimento, constata-se que muitas destas dificuldades poderiam ser resolvidas na própria sala de aula, com brincadeiras direcionadas e com profissionais capacitados.

Alves entende que a psicomotricidade dá condições para o desenvolvimento e capacidades para aumentar o potencial motor do aluno; ao utilizar movimentos ele pode atingir aquisições mais elaboradas, assim sendo qualquer professor bem formado tem condições para fazer um bom trabalho não somente com o intelectual da criança, mas também de forma integral, corpo e mente.

O papel do professor na psicomotricidade é de saber usa-la como uma ferramenta onde ele tenha o conhecimento desta como um diálogo entre as outras áreas de estudo, pois está voltada para a organização afetiva, moral, social e intelectual do indivíduo, acreditando que a criança é um ser ativo capaz de se conhecer cada vez mais e de se adaptar às diferentes situações e ambientes (ALVES, 2008, p.137).

Fátima nos ajuda a perceber a importância de um educador que conhece o seu papel enquanto formador de futuras gerações; um professor que busca o conhecimento saberá lidar com a psicomotricidade tendo por base o desenvolvimento e a disciplina do seu aluno. Pois, este sabe que a criança em processo de formação terá mais ansiedade para descobrir o que a escola pode lhe proporcionar. Nesse caso cabe ao docente buscar o conhecimento para uma boa prática em sala de aula, sendo capaz de estimular os alunos para uma prática diferenciada, visando o interesse, a alegria em ir à escola, porque sabem que lá tem alguém que os incentiva a buscar novos desafios e que os ajuda a superar as dificuldades.

Para as autoras Myriam Abecassis e Anervina Lima

A educação psicomotora deveria receber atenção preponderante no processo educativo, tal é seu valor do ponto de vista epistemológico com relação à incidência de crianças com dificuldades de aprendizagem, seja na escrita, na leitura ou ainda no convívio social (ABECASSIS, 2008, p.08).

Sendo assim é inevitável pensar em uma educação onde não se possam usar os movimentos como forma disciplinar para as crianças, buscando o desenvolvimento através de atividades físicas e utilizando o corpo como ponto de partida para um melhor conhecimento de si mesmo através dos exercícios físicos.

Assim podemos perceber que cada autor vai falar sobre a importância da psicomotricidade para o desenvolvimento das crianças que se encontram no processo de Iniciação à vida escolar, pois esta age de forma integral no crescimento do aluno, ou seja, contribuindo para a formação integral do indivíduo.

No processo de inclusão a psicomotricidade se torna de grande relevância no sentido que, para alguns tipos de deficiência, os movimentos são necessários para a desenvoltura da criança; sabemos que se encontra em fase de crescimento e por não se movimentarem com frequência podem sofrer o enrijecimento de alguns músculos, por isso se torna fundamental o uso da psicomotricidade para estas crianças.

No que tange a inclusão a autora Luiza Guacira diz que:

A inclusão não consiste somente em efetuar a matrícula de crianças deficientes nas escolas, mas, sim em um processo de criar um todo, reunir os alunos em geral e fazer com que aprendam juntos e tenham sucesso em sua aprendizagem (SILVA, 2014, p. 40).

A inclusão como um todo não é simplesmente ter alguns alunos deficientes frequentando as escolas públicas, mas, se faz necessário que cada gestor, professor e funcionários tenham entendido o verdadeiro significado da inclusão, e que esta seja colocada em prática, pois se trata de um processo e como tal precisa da colaboração de todo o corpo docente da escola.

Sabemos que todo ser humano nasce com potencialidades para aprender... Por isso não subestime a capacidade que o aluno deficiente tem para aprender... No entanto, seu desenvolvimento será compreendido quando visto enquanto processo e não como um fato (SILVA 2014, p. 40).

Com o advento da ciência aprendemos que todo ser humano, independentemente de sua condição física ou mental, pode aprender algo; isso significa que esta aprendizagem deve ser proporcionada, seja de acordo como o nosso tempo ou mesmo não do jeito como gostaríamos, porém o importante é não privar estes indivíduo das informações por pensarmos que não seja capaz de assimilar conhecimentos. Uma vez que entendemos que o seu desenvolvimento se dá de forma processual aceitamos que o processo levará mais tempo para que este seja interiorizado e conseqüentemente identificado pelo educador.

A defesa da educação dos anormais foi feita em virtude da economia dos cofres públicos e dos bolsos de particulares, pois assim se evitariam manicômios, asilos e penitenciarias, tendo em vista que essas pessoas seriam incorporadas ao trabalho (GILBERTO, 2014, p. 45).

Neste período da história em que o importante é a força de trabalho, os governantes e os empresários veem na pessoa deficiente a oportunidade tanto de lucro como de economia, uma vez que estes, escolarizados, poderão ser inseridos no mercado de trabalho e já não precisa mais se preocuparem com asilos, manicômios e penitenciarias, já que os criminosos entravam na mesma categoria dos deficientes. Neste sentido podemos perceber que o interesse na escolarização deste público não é fruto da preocupação em inclui-los no sistema educacional, uma vez que a LDB diz que a educação é para todos, mas a questão aqui é o quanto estas pessoas poderão render de lucro no mercado de trabalho.

1.4 O perfil do profissional para trabalhar na formação destes educandos

Em primeiro lugar o profissional deve se reconhecer preparado para desempenhar este papel que é muito mais que o de um simples professor que apenas se preocupa em organizar a sua sala de aula; ele sabe que o seu material de trabalho não é o seu aluno, mas sim a si mesmo.

Para a autora Alves o ofício do educador/a:

É de facilitador do desenvolvimento da capacidade de aprender, dando á criança tempo para suas próprias descobertas, oferecendo situações e estímulos cada vez mais variados, proporcionando experiências concretas plenamente vividas com o seu corpo, para que ela própria possa construir seu desenvolvimento global (ALVES, 2008).

Ainda segundo Fátima trata-se de um educador consciente de que a “educação pelo movimento é uma peça mestra da área pedagógica, que permite a criança resolver mais facilmente os seus problemas atuais e de sua escolaridade”; daí a importância da psicomotricidade como instrumento que auxilia o profissional da educação infantil na sua metodologia, onde este busca no seu cotidiano transformar a suas aulas em movimentos na busca de uma maior aprendizagem de seus alunos.

Enquanto educador que tem em sua classe uma criança deficiente, sabe que este educar por movimentos se torna essencial uma vez que a criança atípica terá mais dificuldades que as típicas. O profissional terá que buscar na psicomotricidade recursos para que este alunado possa desenvolver e adaptar-se cada vez melhor ao meio em que foi inserido. Para o autor Gilberto Martino o “educador destes indivíduos deverá basear-se numa ação pedagógica que possa ser reprodutora e viabilizadora” das normas da sociedade para que assim estes alunos possam conviver sem dificuldades na sociedade.

Para a autora Silvia, o educador deve conceber o trabalho com crianças deficiente uma,

Oportunidade de estar com um aluno com deficiência, matriculado em sua classe, se procurar agir com naturalidade, não evite a comunicação por medo de dizer alguma coisa errada; o aceite como ele é e não o ignore. (SILVIA 2014, p.40)

A partir do congresso de Salamanca sobre educação especial se pode observar várias mudanças no que tange à educação de pessoas deficientes e também no que diz respeito aos seus direitos enquanto pessoas humanas, portadoras principalmente de direitos à educação e saúde. Portanto, a estes “devem ser dada a oportunidade de atingir e manterem o nível adequado de aprendizagem”. (Declaração de Salamanca, 1994, p.1).

O educador dever conhecer cada um que está em sua classe para que assim possa trabalhar melhor, sabendo que cada criança tem suas particularidades e que, como profissional da educação, ele deve respeitar a particularidade de cada um, independentemente de ser ou não deficiente.

É importante que o professor, atente para os aspectos fundamentais, em sua prática educativa, que lhes possibilitem a maximização de suas potencialidades, de forma a ajuda-los a conquistar o lugar a que tem de direito na sociedade. (SILVIA, 2014, p.47)

A autora vem nos mostrar que não é suficiente saber o tipo de deficiência ou as necessidades dos alunos, mas é preciso que o educador esteja preparado para exercer sua função de indicador do caminho, para que os alunos possam caminhar. Uma vez que estes identificam o caminho por si mesmo, conseguirão crescer com o auxílio de seu mestre. Nesta perspectiva o educador, segundo Paulo Freire, não é aquele que transmite conhecimentos, e sim que indica caminhos, que é um orientador no processo de ensino aprendizagem. Em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, Freire fala que “Ensinar não é Transmitir conhecimento”, neste sentido o perfil do educador da educação especial é alguém que cria possibilidades necessárias para que os educandos possam encontrar o caminho da aprendizagem. E assim, com o seu auxílio, o educando será capaz de encarar os desafios encontrados durante todo o seu processo de ensino aprendizagem.

Este educador pensa em uma formação contínua, onde o mesmo seja capacitado para uma intervenção eficaz na aprendizagem deste aluno deficiente, sabendo que a deficiência não deixa a criança incapacitada, e que com a sua força de vontade será capaz de aprender, se o professor for capaz de acolhê-la como criança e não como deficiente, sabendo que todos nós somos capazes de aprender independentemente de nossas condições físicas.

A importância de uma boa qualificação, seja em nível pessoal que comunitário, se torna fundamental à medida que a aprendizagem humana perpassa diversos contextos, tendo como base o social onde acontece a multimediatização humana. A mediação é uma estratégia de intervenção que subentende uma interferência na aprendizagem e está dependerá da qualidade com que seu mediador disponibilizará, ou seja, identificará quais as intervenções pedagógicas, quais as metodologias a serem utilizadas para orientar na direção de níveis mais elevados de conectividade.

Vitor da Fonseca a princípio defende que:

Toda formação se deve orientar para uma permanente interação e reciprocidade entre a formação inicial e a formação em exercício, assim se possa estabelecer um sistema, ou um modelo de formação permanente que seja atualizado, nesta linha a formação não pode ser em nenhuma circunstância, ser circunscrita a um período de tempo (FONSECA, 1995, p.225).

Para o autor a formação do docente não se dá por um tempo estipulado, mas deve ser de forma permanente, uma vez que este terá que lidar com algo que não conhece e isto exigirá uma resposta diferente a cada dia, sabendo que não existe apenas uma tipologia de deficiência e, principalmente, que existem reações diferentes, uma vez que não somos iguais; por isso é de suma importância uma formação contínua onde se busque as melhores didáticas para um aprendizado de qualidade.

O professor habilitado no trabalho com alunos deficientes não pode pensar apenas em sua classe, mas terá que conhecer os trabalhos que outros realizam a nível local e regional, capacitando-se cada vez mais não somente para trabalhar com os alunos, mas também para orientar os pais.

Fonseca diz que a formação destes profissionais deve,

Ser norteada por blocos onde o primeiro bloco o docente aprenda com experiências na prática, investigações formativas e especializadas, o segundo mais teórico com estudos de diagnósticos e as diversas deficiências, e o último bloco a formação mais no âmbito das ciências de educação (FONSECA, 1995, p.220-221).

De acordo com estes autores a formação dos docentes que irão trabalhar com estes indivíduos é de fundamental importância, pois servirá para um melhor conhecimento das necessidades que os mesmos enfrentarão, sabendo que pela lei da inclusão não é possível se recusar em trabalhar com estas pessoas. Por isso o educador tem por obrigação aprimorar-se com uma boa formação para poder se adequar da melhor forma na busca de oferecer uma educação de qualidade onde se visa à igualdade para todos. E esta formação não é algo de um mês, ou de duas vezes por semestre, mas deve ser permanente, pensando que este docente irá trabalhar com crianças deficientes, portanto, terá mais exigência que outros profissionais, pois o mesmo se dedicará em adequar sua metodologia à deficiência do seu aluno.

No entanto somente com uma formação contínua ele saberá fazer uma avaliação do processo como um todo e não fragmentado, pois tem conhecimento suficiente para identificar o crescimento do seu aluno, reconhecendo o seu avanço ao longo do processo, valorizando cada progresso alcançado, cada nova conquista, incentivando-o a vencer os obstáculos do dia a dia.

1.5 A estrutura das instituições na atenção dos discentes

A inclusão de crianças deficientes na escola regular é hoje uma conquista obtida depois de muita luta e empenho de algumas pessoas que não concordavam com a segregação de tantas crianças deficientes que não podiam adentrar ao universo do conhecimento. Deste modo, a inclusão começa a partir da crença de que a educação é um direito básico e fundamental para uma sociedade mais justa. O crescimento da educação especial desencadeou uma sequência de estágios que o sistema educacional não soube acompanhar nem dar respostas aos alunos com deficiência, o que dificultou o processo de inclusão.

Apesar de complexa, a educação de crianças deficientes é possível, partindo do princípio de que o aprender faz parte da vida do ser humano. A educação, para estas crianças, além de contribuir de forma significativa para o seu desenvolvimento integral se torna o modo de socialização com outras pessoas além de sua família. Logo, a inclusão não deve ser entendida apenas como uma forma de ressarcir um direito, mas principalmente como oportunidade de integração entre deficiente e sociedade.

O autor Pacheco (2005) faz a seguinte afirmação, “para que se caracterize a inclusão é indispensável a atuação do modo como muitas escolas estão organizadas”. Sendo assim podemos pensar que a escola é o primeiro lugar em que estas crianças ficarão por mais tempo longe de suas casas, dos seus costumes. A escola será para eles o primeiro lugar, fora do seu contexto familiar, onde serão quebrados todos os esquemas já memorizados e por isso se torna de fundamental importância que esteja estruturada adequadamente para acolher da melhor forma possível este aluno que terá que recomeçar suas adaptações às novas mudanças.

A escola de hoje confronta-se com uma grande heterogeneidade social e cultural. Esta realidade implica outra concepção de organização escolar, que ultrapasse a via da uniformidade e que reconheça o direito à diferença. É preciso agir ao nível das práticas pedagógicas, das estruturas e organização escolar (PACHECO, 2012, p. 33).

É perceptível que nem todas as escolas estão preparadas para receber os educandos deficientes, seja na sua estrutura física seja em nível pessoal; ainda não conseguimos adaptarmos às suas necessidades, já que não conseguimos pensar de modo heterogêneo. Cada criança que chega tem a suas particularidades e as

mesmas precisam ser acolhidas não como mais uma, mas como algo que nos pede de abrir mão das nossas práticas deficientes para construir algo novo, onde o pensar de forma homogênea já não supre mais às necessidades e assim podermos nos abrir a uma cultura que valorize o diferente.

Para Egeler a “escola será um espaço inclusivo se, nela, todos forem atores e autores”. E para que isso aconteça são necessárias muitas mudanças, a começar pelo sistema excludente que encaixota todas as crianças como se fossem uma mercadoria e com isso impede a sua criatividade, deixando cada vez mais longe o sonho daqueles que visam uma educação de qualidade; sendo assim, a escola precisa refletir sobre a inclusão como oportunidade de abertura para uma nova realidade, onde seja possível e agradável ser diferente. Para isso faz-se necessária a atualização de todo o corpo efetivo da escola, por que não adianta pensar na inclusão apenas para a gestão ou para os docentes, é urgente a contribuição, formação e conhecimento de todos.

A inclusão no espaço escolar [...] pressupõe mudanças em números aspectos, dentre os quais:(a) a acessibilidade física e atitudinal; (b) a melhoria da qualidade na formação dos professores; (c) revisão do papel político-social da escola, particularmente no mundo “globalizado”; (d)previsão e provisão de recursos humanos. Físicos, materiais, e financeiro; (e) valorização do magistério; (f) vontade política para reverter as condições de financiamento das escolas brasileiras e (g) articulação entre as políticas públicas, pois a escola pode muito, mas não pode tudo (CARVALHO, 2012, p.49).

A autora afirma que para haver a inclusão escolar são necessários vários aspectos que a gestão deve ter claro, a começar pelo acesso do deficiente à escola. Uma criança deficiente física terá mais dificuldade se a escola não tiver rampas; assim como para um deficiente visual, não adianta uma escola que tem tudo isso, mas cujos educadores não têm formação para trabalhar com ele. Por outro lado, para que a inclusão não fique somente no papel e na lei, mas vise a educação para o deficiente, todos estes aspectos são de fundamental importância. Quando a preocupação è o cumprimento da lei por não poder se eximir dela, o perigo é fazer qualquer coisa só para dizer que existe inclusão na escola, sem nenhuma preocupação se aquela criança está sendo atendida em suas necessidades.

Neste sentido são necessárias mais organização e fiscalização por parte dos órgãos públicos para que a inclusão deixe de ser apenas um faz de conta e atenda a

real necessidade dos vários deficientes que sonham em ir para a escola para adquirir um crescimento intelectual e acabam por se decepcionarem na primeira semana de aula e, por não se sentirem acolhidos, desistem dos seus sonhos, aliás, do seu direito que é de ir à escola. No entanto se percebe que a escola inclusiva é algo que vai além da boa vontade e do interesse de um gestor: para que funcione é preciso o envolvimento de todos, desde o Presidente da República ao qual cabe sancionar as lei e destinar verbas, os governadores e todos em geral. Se cada um fizer o seu trabalho com seriedade e compromisso tudo funciona na mais perfeita qualidade.

Para a autora Montessori diz que "as crianças necessitam de um ambiente apropriado onde possam e aprender" (Röhrs Hermann p. 17, 2010). Portanto o espaço se torna de fundamental importância uma vez que a crianças necessita fazer o reconhecimento do local onde irá fazer suas primeiras experiências e para que isso aconteça de forma a contribuir na formação intelectual destes a sala deve ser adaptada.

Nesta perspectiva a adaptação do espaço escolar é de fundamental importância para a adaptação e a aprendizagem da criança, pois quanto mais confortável maior as chances de uma educação de qualidade, onde cada espaço seja pensado para que as crianças sejam estimuladas a ter o prazer de voltar a cada dia para a escola, por que se sente bem.

CAPITULO II

METODOLOGIA

Para Jesus (2005, p.64), a metodologia é a descrição detalhada e rigorosa dos procedimentos de campo, bem como dos recursos humanos e materiais envolvidos, do universo da pesquisa, dos critérios para seleção da amostra, dos instrumentos de coleta, dos métodos de tratamento dos dados. Neste sentido utilizaremos da metodologia para melhor abordar as nossas técnicas de pesquisa.

Para a realização deste trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica, que se valeu de teóricos clássicos e contemporâneos que trabalham com a questão da psicomotricidade e educação especial no processo de aprendizagem, onde se buscou obter informações e esclarecimentos que contribuíssem para a problemática apresentada.

Delimitando-se como objetivo analisar os aspectos e fatores importantes da psicomotricidade no desenvolvimento da criança, tendo como inquietação a aprendizagem das crianças deficientes em idade escolar que estudam na escola municipal, situada no Município de Tabatinga. Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento a observação e o questionário, o qual foi realizado com professores, coordenação pedagógica e alguns pais. A temática do presente trabalho desenvolveu-se através da linha de pesquisa Educação Sociedade e Cultura tendo como tipo de pesquisa, bibliográfica e de campo.

Lima João Paulo Cavalcante, (2012, p.7), “estudo de caso justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas que possibilitem apreender a totalidade de uma situação”. A riqueza das informações detalhadas auxilia o pesquisador num maior conhecimento e numa possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado.

Para melhor compreensão sobre estudo de caso Ludke (1996, p.19) afirma que: “Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. O pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando como um todo [...]”.

Optou-se pelo estudo de caso, com abordagem qualitativa, como procedimento será utilizado o método, que se propõe focalizar na problemática apontada, nos dados coletados e para uma melhor compreensão do conteúdo. “Na

pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. Na pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA e CÓRDOVA 2009 p.32). Neste sentido o autor diz que o investigador deve estar preparado para fazer, pois o mesmo pode vivenciar de forma mais próxima dos aspectos da realidade escolar em que foi realizada a pesquisa, depois ao fazer a análise dos dados coletados com a finalidade de realizar de maneira mais completa a pesquisa proposta.

A utilização do método de procedimento indutivo é fundamental, pois assim o pesquisador não correrá o risco de generalizar os dados coletados, partindo apenas dos sujeitos, no caso os alunos do Ensino Fundamental. Dizer de Cervo e Bervian (1978, p. 25), “pode-se afirmar que as premissas de um argumento indutivo correto sustentam ou atribuem certa verossimilhança à sua conclusão”.

Para a coleta de dados serão utilizadas algumas técnicas de pesquisas, tais como observação e questionários. “A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano” (Gil, 1946, p. 104). Para o autor a observação é o uso dos sentidos para melhor compreender e assim adquirir maior conhecimento da realidade escolar a partir da sala de aula, esta será feita de modo não participante, sendo que o pesquisador só observa, ou seja, ele não intervém no ambiente a ser pesquisado. “O questionário é uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento” (Lakatos, 1987 p.124).

O mesmo será aplicado aos educadores, ao apoio pedagógico e alguns pais dos alunos, na tentativa de melhor analisar as diversas visões e conhecimentos do assunto.

Para a coleta de dados serão utilizadas algumas técnicas de pesquisas, tais como observação e questionários.

A observação participante refere-se, portanto, a uma situação de pesquisa onde o observador e o observado encontram-se numa relação face a face, [...] que passam a ser vistos não mais como objetos de pesquisa, mas como sujeitos que interagem em um dado projeto de estudos. (SERVA RAE • v. 35 • n. 3 • Mai./Jun. 1995).

Assim o pesquisador terá melhor condição para fazer uma observação de qualidade, pois do contrário, não conseguiria fazer esta observação de forma mais precisa, sendo capaz de respeitar o espaço e o tempo do observando. Para melhor obtenção de dados realizou-se uma pesquisa de caráter investigativo e exploratório, através de questionários, com perguntas objetivas e subjetivas; O questionário continha questões de conhecimento sobre o tema educação especial ou inclusiva, a formação dos professores e a aplicabilidade da psicomotricidade em sala de aula, visando obter maior informação para o estudo de caso, onde buscaremos respostas mais objetivas. Enquanto que o questionário fechado buscará coletar as respostas mais precisas segundo o material que queremos obter, este conterà respostas de múltiplas escolhas.

Através destes recursos poderemos coletar as informações necessárias para a realização do trabalho, onde poderemos responder à problemática levantada sobre a psicomotricidade, para depois sugerir uma proposta de ação que contribua com a questão em estudo.

CAPÍTULO III

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como no capítulo anterior, onde se percorreu um caminho para se chegar aos resultados, e foi usado o questionário com a finalidade de recolher o máximo possível de informações.

As informações buscadas estavam ligadas a questões de conhecimentos sobre a temática, tendo como objetivo compreender como se dá o envolvimento da psicomotricidade em sala de aula. O questionário aplicado foi organizado com questões relacionadas ao tema “psicomotricidade: a contribuição no processo de aprendizagem do educando deficiente”.

A escola está localizada na Avenida da Amizade s/nº – Bairro Centro. A escolha da escola se deu por perceber que, no município, é a que mais atende crianças com deficiência, os professores por terem em sala um deficiente, os cuidadores com a pretensão de entender a formação oferecida pela secretaria de educação especial e os pais para saber a compreensão deles no que tange a psicomotricidade e a educação especial.

Apoio Pedagógico da escola

01 - Quais os maiores desafios encontrados no trabalho?

R: A falta de relação família escola

De acordo com a resposta verificamos que as famílias estão cada vez mais distantes da vida escolar dos filhos; neste sentido o que se percebe é que há certa inversão de valores, onde os pais cobram da escola a educação dos filhos e a escola por sua vez cobra das famílias a aproximação e a parceria. Nesta perspectiva, a autora Figueiredo Ester (2010, p. 71) descreve: “o que se tem observado é que as famílias estão confusas e tem deixado para a escola a responsabilidade de educar. A escola por sua vez tem se queixado de não conseguir dar conta da tarefa, porque, segundo ela, não tem o apoio tão necessário da família”. Esta confusão pode ser gerada em decorrência dos problemas financeiros, pois na maioria das vezes as crianças menos acompanhadas são as que têm pais

separados, ou de renda baixa onde os dois precisam trabalhar para manter a família; muitas vezes o pai e a mãe saem cedo, trabalham a semana toda e quando são convidados a irem para a reunião muitas vezes não querem abrir mão de um dia de trabalho, uma manhã ou uma tarde pra irem à escola, e isto tem afetado a relação entre escola e família e a aprendizagem dos alunos.

02 - Como você pensa em trabalhar a formação integrada com os docentes da escola?

R: Ouvindo eles principalmente, para atender suas necessidades.

Nesta perspectiva é possível pensar que a formação dos educadores acontece de forma pontual, a partir das demandas que levam ao Apoio pedagógico, e que o Apoio não disponibiliza de uma proposta de formação permanente, uma vez que o mesmo diz que escuta para atender às necessidades. Do documento subsidiário à política de inclusão (Paulon, Simone Mainieri, 2005, p.21), sobre a formação do educador “a formação do educador deve ser um processo contínuo que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio”. Neste sentido o apoio da gestão é de fundamental importância para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

03 - O que Você faz para atender as demandas dos professores?

R: Como a escola é grande, procuro atender de forma organizada de acordo com suas necessidades.

A partir desta resposta, é possível verificar que o Apoio pedagógico busca responder de forma organizada as demandas dirigidas a ele pelos educadores, sabendo da dificuldade de se trabalhar de forma sistemática tendo um quadro com vários profissionais em diversos turnos, sendo um só Apoio para todos os turnos.

04 - Como você trabalha com os professores?

R: Através de reuniões, e trabalhos pedagógicos.

Como se vê, a forma que o Apoio trabalha com seu corpo docente se dá através de encontros com caracteres diversos, desta forma verificamos que o

trabalho realizado é mais metódico, sem investimento em lazer formativo, concurso onde se valorize as especificidades de cada professor.

05 - O que você pensa sobre a inclusão dos alunos deficientes?

R: É importante à inclusão desses alunos no ensino regular.

Constata-se desta forma que o tema da inclusão está presente em todas as instâncias da escola, isto está implícito nesta escola, pois é uma das que mais tem alunos deficientes, mesmos sem ter feito todas as adequações para receber esta clientela; tendo a escola alunos com múltiplas deficiências, por exemplo, não dispõe de sala de recurso nem de um fraldário, ou mesmo um banheiro adaptado para os alunos cadeirantes que necessitam deste local. Neste sentido a Lei 10.098/00, estabelece normas gerais e critérios básicos para a acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades ou com mobilidade reduzida e de outras providencias.

06 - Como você orienta a formação dos professores para acolher possíveis alunos deficientes?

R: Sem respostas.

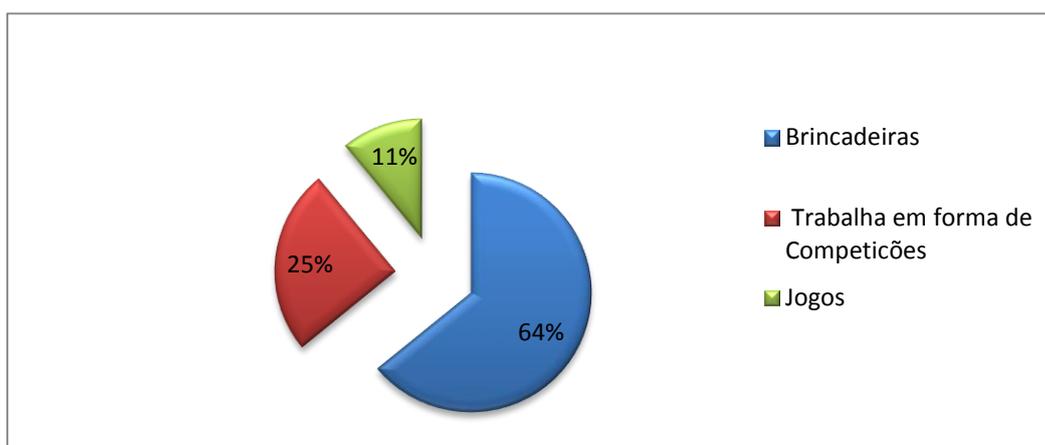
Em nosso entendimento, pela forma com respondeu a este questionário e por ser a única pergunta não respondida, o Apoio não se preocupa com a formação dos professores no que tange a educação especial; no entanto podemos pensar que, tratando-se de uma gestão nova, ainda não se atentou para a realidade educacional em que se encontra. Sabendo que esta escola é uma das que mais acolheu crianças deficientes deveria estar mais preocupada com a formação dos educadores, sendo que estes estarão trabalhando diretamente com estas crianças e que elas necessitam de uma boa educação para melhor se desenvolverem, não somente psicologicamente como também intelectualmente, pois todo ser humano é capaz de aprender. A introdução do livro Educação Inclusiva (2014, p.15), Rosana Cláudia vai dizer que “a inclusão educacional depende tanto de políticas inclusivas quanto de práticas pedagógicas ainda hoje direcionadas a um aluno ideal, a um aluno padrão”.

A citação nos permitiu entender que não existe inclusão quando o aluno fica a manhã toda sentado em uma cadeira de rodas no fundo da sala, ou simplesmente

passeando pela escola, por não ter o que fazer na sala, uma vez que este não consegue realizar as atividades e faltam recursos, materiais e estruturas para o atendimento, além disso, faltam boas práticas pedagógicas para a realização deste trabalho.

Aos professores e auxiliares da Escola

Gráfico 1: Com qual frequência você trabalha as brincadeiras como parte da aprendizagem e do desenvolvimento do aluno na sala de aula?



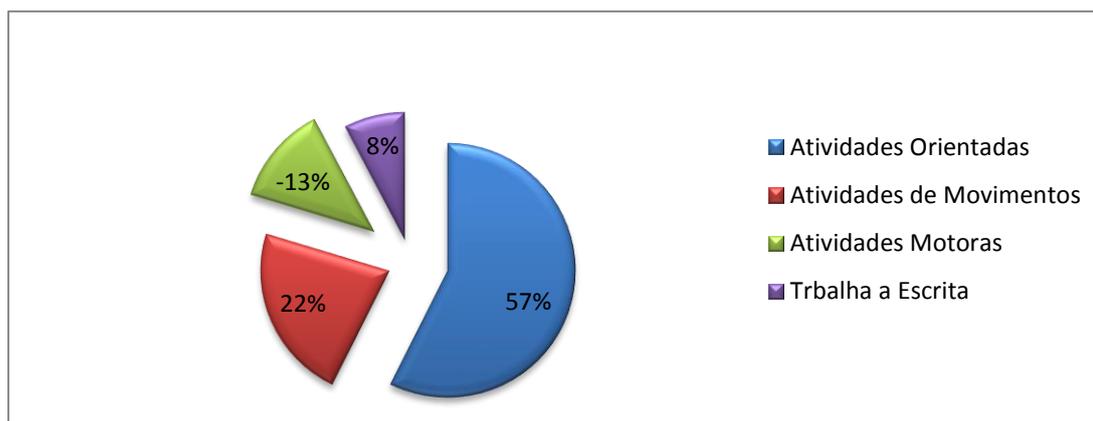
Fonte: Sirlene Almeida de Jesus, de acordo com a coleta de dados.

O gráfico aponta que sessenta e quatro por cento dos professores utilizam-se das brincadeiras como parte das atividades dos alunos, vinte e cinco por cento trabalham com competições entre os alunos da turma e apenas onze por cento trabalham com jogos. O que se percebe é que, apesar das dificuldades encontradas pelos profissionais da educação, eles ainda conseguem trabalhar aulas diferentes, com brincadeiras, jogos e competições com o desejo de contribuir de forma diversificada na tentativa de prender a atenção dos alunos.

A brincadeira utilizada como recurso proporciona ao educando um conjunto de novas habilidades, onde o aprender pode se tornar mais prazeroso, sendo oferecido não somente como atividades lúdicas para passar o tempo, mas também como uma forma de aprendizagem envolvendo relações entre corpo e mente, onde o aluno através das brincadeiras direcionadas poderá encontrar soluções e resolver problemas. “O educador deve incentivar as interações sociais e o brincar na criança, reconhecendo nessas atividades seu valor para a aprendizagem, considerando-o numa perspectiva sócio interacionista” (Veiga Marcia, Revista_paidéia_2008, p.

178). Caberá ao educador à tarefa de trabalhar com brincadeiras de formas mais direcionadas, sabendo que está contribuindo para o seu desenvolvimento corporal e intelectual.

Gráfico 2: Com você faz para trabalhar o desenvolvimento da coordenação motora dos alunos?



Fonte: Sirlene Almeida de Jesus, de acordo com a coleta de dados.

O gráfico aponta que cinquenta e sete por cento dos professores utilizam atividades orientadas como recorte, tiras de papel de revistas com os dedos, fazer bolinhas de papel crepom, entre outras. Vinte e dois por cento dos educadores que responderam o questionário utilizam atividades de movimento como utilizar músicas, brincadeira terra água, onde também se trabalha lateralidade, direita esquerda. Treze por cento trabalham com atividades motoras, como montar quebra-cabeça gigante no chão, colocar uma fileira de garrafas PET para que os alunos possam correr entre elas sem tocá-las. E oito por cento utiliza-se da escrita para este trabalho de coordenação motora.

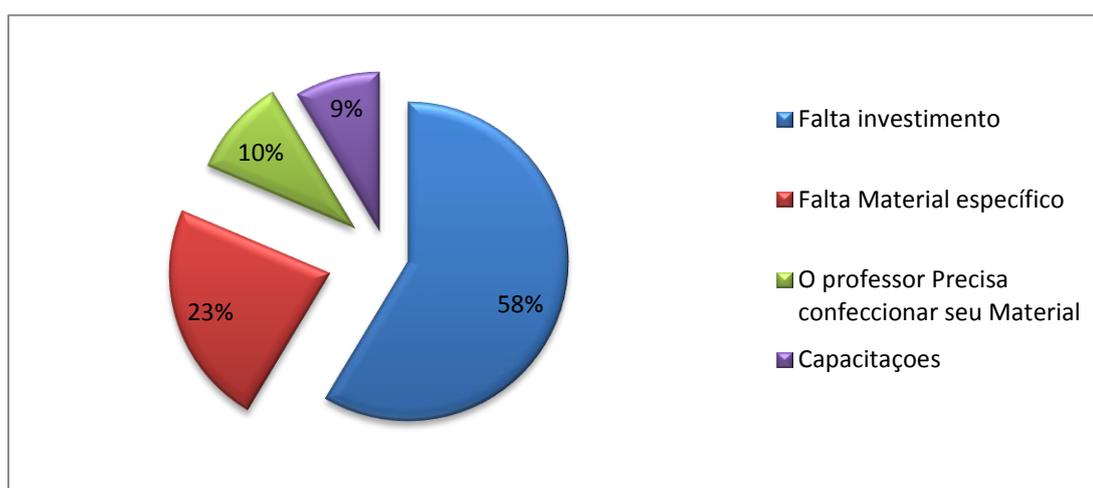
Portanto, se nota que o professor preocupa-se em trabalhar de forma diferenciada a coordenação motora dos alunos, sabendo que de certa forma ao utilizar lápis de escritas, giz de cera, lápis de cor e pinturas já se trabalha com a desenvoltura da coordenação motoras das crianças.

Coste vai dizer que:

Não é só por intermédio das disciplinas escolares que a criança desenvolve o seu aspecto psicomotor, quando brinca, ela também está se desenvolvendo e manifesta as suas necessidades pelas brincadeiras [.....]Os problemas de aprendizagem podem ter diferentes origens: problemas físicos, causas sensoriais, neurológicas, emocionais, intelectuais, sociais, ou pelo ambiente educacional” (Nascimento Martins Apud Coste, 1998, p. 208).

Portanto, trabalhar o aspecto motor da criança é de fundamental importância não somente para o seu corpo com também para o seu desenvolvimento integral, pois cada criança tem maneiras diferentes para absorver os conteúdos e quando o professor utiliza de jogos, brincadeiras para reforçar o conteúdo, pode ser que aquele que não conseguiu compreender a explanação, possa absorver melhor através do lúdico.

Gráfico 3: Quais recursos são disponibilizados para o trabalho com o público deficiente, neste contexto de inclusão?



Fonte: Sirlene Almeida de Jesus, de acordo com a coleta de dados.

De acordo com o gráfico cinquenta e nove por cento dos professores disseram que faltam investimentos, por parte dos órgãos públicos, em materiais pedagógicos e em infraestrutura para melhor atender os alunos deficientes; não têm jogos pedagógicos para os alunos com deficiência severa, falta uma sala de recurso para atender os deficientes, na escola não tem rampa para descer na área que fica em frente das salas e para ir à quadra as professoras auxiliares precisam dar a volta ao lado da escola, porque por onde passam os outros alunos os cadeirantes não têm acesso, os banheiros têm as portas muito estreitas para passar com a cadeira de rodas, não existe um banheiro adaptado para trocar a fralda dos que precisam. Enfim, para uma adaptação se faz necessário investimento.

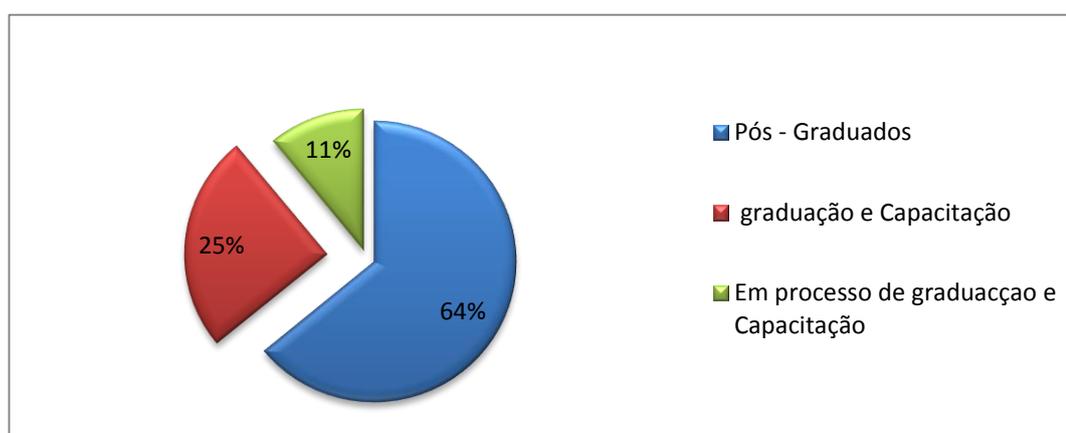
Vinte e três por cento dizem que não tem materiais específicos como, brinquedos adaptados, jogos de montar adaptados, livros com figuras grandes. Para dez por cento, o professor precisa confeccionar o seu próprio material para utilizar com os alunos deficientes e oito por cento afirma que o recurso que foi

disponibilizado foi a capacitação oferecida pela secretaria de educação especial do município.

A educação especial é uma das mazelas do sistema educacional brasileiro, uma vez que nem todas as escolas estão preparadas para acolher este tipo de aluno. Isso é perceptível nas respostas dos educadores que dizem não terem investimentos nem materiais para poder trabalhar de forma diferenciada com estes alunos e que avaliam a presença do professor auxiliar como de fundamental importância, porém se fazem necessários os recursos para que estes possam desenvolver seu trabalho.

Para Almeida (2009, p. 22) “os materiais são sempre parte importante em uma prática docente, pois eles implicam nossas ações, possibilitando que os alunos possam intervir e se relacionar com o objeto concreto, tornando o processo, educativo mais próprio, mais próximo e mais pertinente”. A citação é esclarecedora, ao reconhecer a pertinência do material concreto como parte da formação dos alunos, ao ser incluído no processo de ensino aprendizagem este se toma grande significância na compreensão do aluno. Em especial para os deficientes que em muitos casos precisam de objetos mais concretos para manusear e até como forma de terapia: quando o professor trabalha as formas geométricas e o aluno tem a possibilidade de manuseá-las terá mais facilidade de absorção do conteúdo.

Gráfico 4: Quais as formações de que você já participou para trabalhar seja com alunos deficientes, seja para trabalhar a motricidade em sala de aula?



Fonte: Sirlene Almeida de Jesus, de acordo com a coleta de dados.

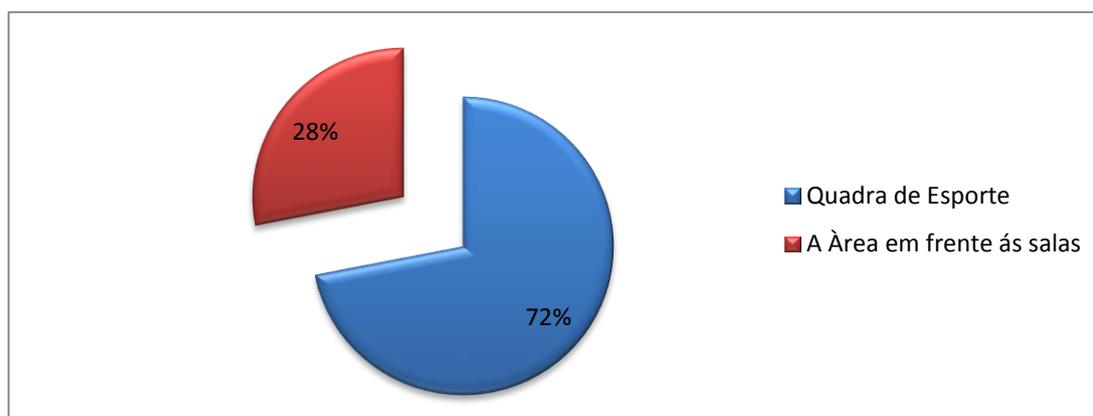
Gráfico aponta que sessenta e quatro por cento dos professores que responderam ao questionário tem pós-graduação relacionada à educação especial, vinte e cinco por cento responderam que também já participaram de alguma

capacitação oferecida pela secretaria de educação especial do município, e apenas onze por cento que ainda estão em processo de formação e que participam das capacitações oferecidas. É válido destacar que dentre todos os profissionais da educação, seja os professores que os auxiliares têm formação, seja formação acadêmica quanto as capacitações oferecidas pela secretaria de educação especial do município. “As crianças deficientes ou com necessidades especiais que frequentam a Educação Infantil precisam de profissionais capacitados, atentos para seus aspectos peculiares, capazes de promover a integração social e a aprendizagem delas”. (Veiga Marcia, revista_paidéia_2008, p.185).

Constata-se dessa forma que para acontecer a Educação Especial se faz necessária a formação do profissional que irá trabalhar com este tipo de aluno, sabendo que a formação é apenas uma teoria e que às vezes a prática está longe do que aprendemos, também porque às vezes o estudo que fizemos não condiz com um tipo de deficiência do nosso aluno; no entanto, temos a base para buscar os conhecimentos necessários para aquele tipo que nos apresenta.

Na coordenação de educação especial do município nos anos passados foram realizadas quatro formações uma a cada ano, uma foi uma oficina onde os professores construíam o material e depois construir um planejamento contemplando uma deficiência e depois eles apresentariam este dizendo de forma eles dariam esta aula contemplando este aluno deficiente, depois foi realizado um curso básico de sessenta horas de libras para que o professor tivesse o básico do básico de como lidar com o aluno, depois nós fizemos outra formação onde ao longo do ano os professores que tiveram alunos deficientes foram pesquisando recebendo sugestões da coordenação então eles foram se munindo de informações e no mês de novembro eles fizeram a socialização, cada escola tinha seu estande com o material que tinha trabalhado para trocar informações com os outros colegas, cada escola ficou com seu acervo, no ano passado foi oferecido pela SEDUC outro curso de libras de seis horas. (Entrevista da professora Claudete ex-coordenadora da educação especial do município, Tabatinga 26 de Abril de 2017).

Gráfico 5: Com quais espaços você pode contar para trabalhar com seus alunos, além da sala de aula?



Fonte: Sirlene Almeida de Jesus, de acordo com a coleta de dados.

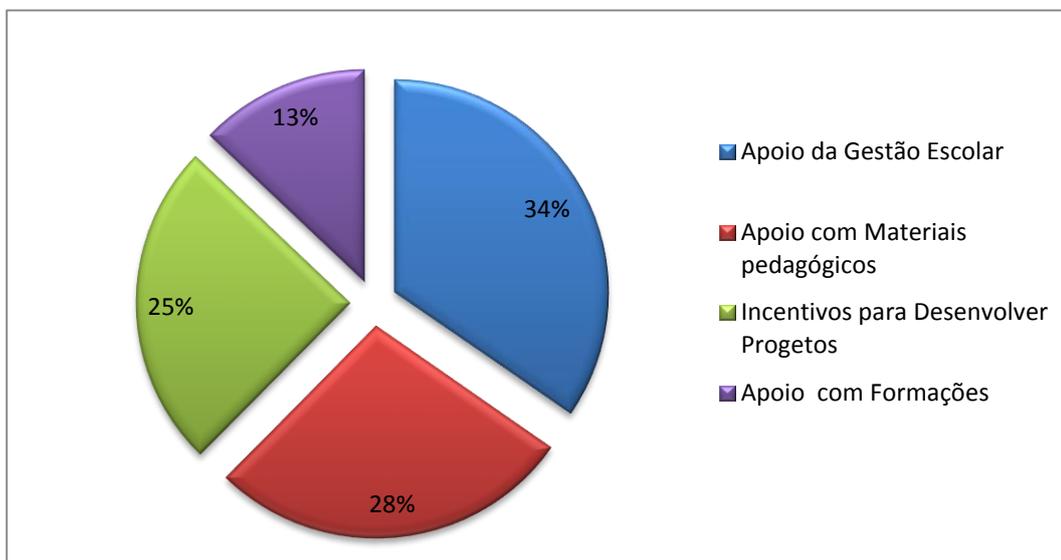
De acordo com o presente gráfico, setenta e dois por cento dos educadores tem como espaço alternativo à sala de aula a quadra poliesportiva da escola para o trabalho com atividade recreativa, como corrida do sapo, corrida do ovo na colher, pois na quadra há muito espaço em que as crianças podem correr sem correr o risco de se baterem em obstáculo com cadeiras, mesas e até mesmo nos colegas; além disso podem ser realizadas competições entre turmas, incentivando o relacionamento entre alunos e o trabalho em conjunto entre turmas. No entanto, a quadra pode se tornar um obstáculo ao se verificar as condições de acesso para os cadeirantes, e por ser uma área muito grande necessita de um processo de reconhecimento anterior por parte dos alunos com deficiência visual.

A biblioteca pode ser considerada um bom espaço para uma aula de literatura, de pesquisa com diferentes livros, porém durante a observação não foi possível visualizar algum aluno entrar ou sair daquele espaço, apenas alguns professores que o utilizam como segunda sala para cafezinho e para a organização do planejamento. Neste espaço os alunos cadeirantes não teriam dificuldades de acesso, pois, fica logo na entrada da escola.

Segundo Almeida Peçanha os “ambientes educativos podem ser construídos em qualquer espaço físico. Um supermercado pode ser um excelente ambiente educativo, caso o professor saiba explorar toda a riqueza existente ali”. (Almeida Peçanha, 2009, p.23). Como se vê em qualquer espaço para um bom profissional pode se transformar em espaço educativo, desde que se tenha em mente o objetivo que se deseja alcançar com tal atividade, isto vai depender da disponibilidade e da

motivação que cada docente tem para realizar suas atividades e principalmente do interesse e aceitação da coordenação da escola.

Gráfico 6: Que apoio você recebe para desenvolver trabalhos ou projetos, que visam a interação e formação integral do aluno?



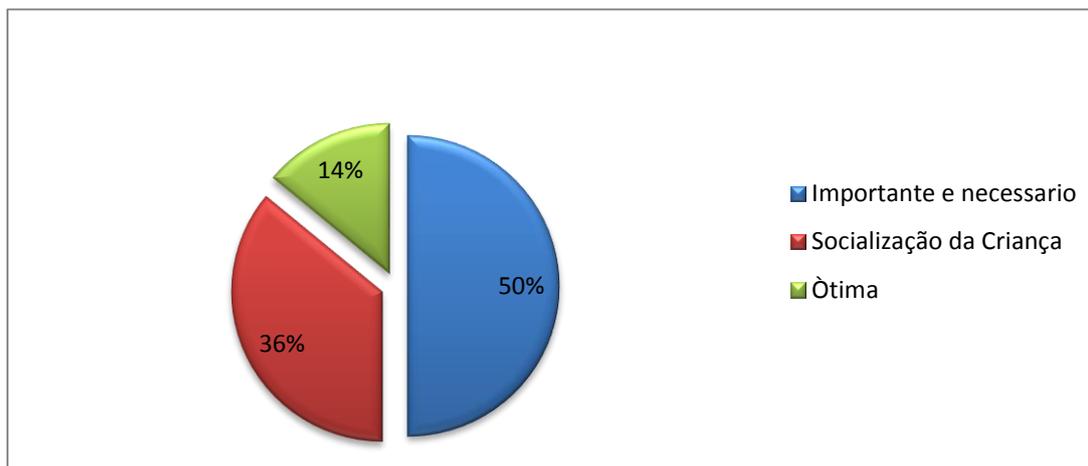
Fonte: Sirlene Almeida de Jesus, de acordo com a coleta de dados.

O gráfico apresenta trinta e quatro por cento dos professores que responderam ao questionário se sentem apoiados, no dia-a-dia, pela gestão da escola, que escuta os seus anseios, propõe melhorias no ensino aprendido das crianças. Vinte e oito por cento diz que não se sente apoiado por não receber materiais pedagógicos, como literaturas variadas e contextualizadas, vídeos para trabalhar com cine fórum, músicas variadas e contextualizadas para a realidade, revistas e jornais para trabalhar molduras, variedades de tintas e tecidos para trabalhar artes. Vinte e cinco por cento diz receber incentivos para o desenvolvimento de projetos, desde que estejam a par dos acontecimentos, todavia nem sempre os recursos em materiais são proporcionados pelo município e muitas vezes para realizar estes projetos os professores precisam arcar com os gastos e, por esse motivo, quase não se trabalha com projetos, como projeto literário, semana cultural, amostra cultural. Treze por cento sente o apoio para participar de formações realizadas no Município.

Constata-se, portanto, que a construção de uma escola inclusiva implica em transformações no contexto educacional: transformações de ideias, das atitudes, e

da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, administrativo, como didático-pedagógico. (Educação Inclusiva: v03, 2004, p.9)

Gráfico 7: O que você Pensa da inclusão de crianças deficientes na Escola Regular?



Fonte: Sirlene Almeida de Jesus, de acordo com a coleta de dados.

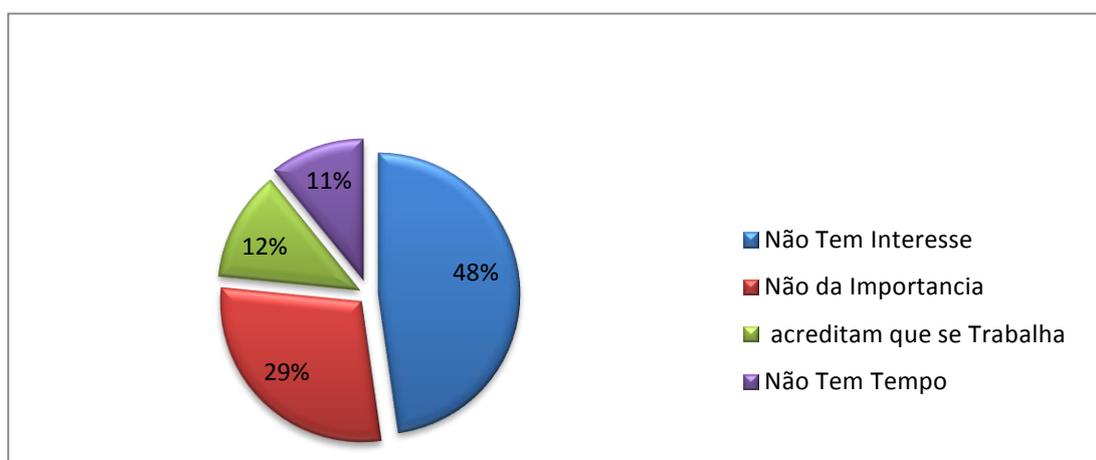
O gráfico acima apresenta que cinquenta por cento dos educadores são sabedores da educação inclusiva ao dizer que é importante e necessária, para uma educação mais consciente e para o conhecimento de novas realidades. Para trinta e seis por cento este tipo de educação serve também como processo de socialização das crianças que, ao adentrarem a escola, terão maiores oportunidades de conviver com outras crianças no mesmo espaço, com a turma da mesma idade, além de todo universo de conhecimento em que foram incluídas. Quatorze por cento acreditam ser ótima para a criança, devido à oportunidade que ela terá de se relacionar com pessoas externas ao seu convívio parental.

“A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”. (MANTOAN, p.16). Para Mantoan a inclusão vai muito além da socialização, isto é, a de ser importante e necessária, de ser ótima, mas ser uma escola inclusiva e isso implica mudanças educacionais, pedagógicas e principalmente na didática do professor, pois é ele quem vai lidar no dia-a-dia com este aluno, onde na sala não tem somente ele para ser atendido em suas necessidades, expectativas de aprendizagem, mas tem toda uma turma para ser trabalhada. Porém um docente

bem formado e consciente do seu papel enquanto educador saberá realizar esta tarefa sem maiores problemas para os dois grupos, os típicos e os atípicos.

Aos pais

Gráfico 1: Sabe-se que o movimento contribui para o desenvolvimento humano: como o professor tem trabalhado atividades que incluem movimentos na sala de aula?



Fonte: Sirlene Almeida de Jesus, de acordo com a coleta de dados.

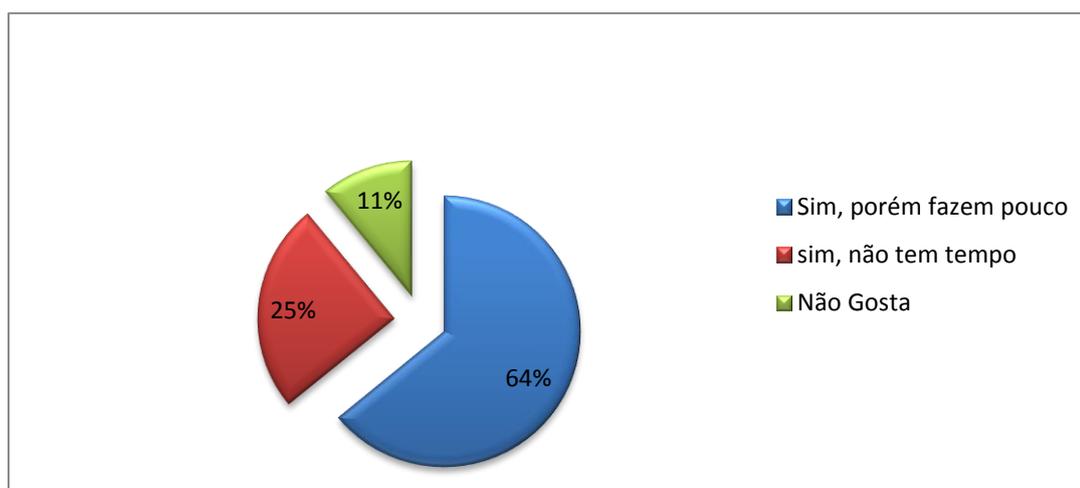
De acordo com o gráfico apresentado, quarenta e oito por cento dos pais acreditam que os professores não se interessam em desenvolver atividades que utilizem os movimentos com os alunos na sala de aula, outros vinte e nove por cento dizem que o profissional não dá a devida importância para este tipo de aula, doze por cento pensam que o educador, apesar de toda dificuldade encontrada, reserva um tempo para trabalhar a motricidade com seus educandos, e onze por cento afirma que este tempo não é suficiente para este tipo de atividade na sala.

No entanto, no questionário do Apoio Pedagógico nota-se que uma das dificuldades constatadas é justamente a ausência dos pais na escola. Cabe, então, se perguntar como eles estão sabendo das atividades realizadas na sala se estão ausentes da escola. Apenas pelo que as crianças falam?

Para a maioria dos pais, os professores têm formação para realizarem atividades que envolvam os movimentos dos alunos, e o que impede que eles as realizem é a falta de interesse em procurar atividades diferentes daquelas que já estão acostumados a realizarem.

Para Alves (2008, p.19) a “educação motora deve ser pensada em função da criança de sua idade, necessidades e interesses e não tendo em vista apenas um objetivo particular”. A educação motora contribui para o desenvolvimento motor da criança que, por sua vez, necessita destas atividades para se desenvolver com equilíbrio, pois a ausência destas atividades estará comprometendo o desenvolvimento integral da criança. Alves (2008, p.23) ainda diz que na “falta de trabalho com a motricidade, poderá ocorrer problemas quanto à noção espacial e orientação temporal da criança, isto afetará a noção de “antes e depois”, acarretando principalmente confusão na ordenação dos elementos de uma sílaba”. Desta maneira se faz necessário que o educador tenha em mente a importância de atividades motoras para realizar com seus alunos, consciente do processo em que cada criança se encontra.

Gráfico 2: O professor está preparado para desenvolver atividades físicas na sala de aula?



Fonte: Sirlene Almeida de Jesus, de acordo com a coleta de dados.

De acordo com o gráfico sessenta por cento dos pais dizem que os professores têm formação para este trabalho, porém seja por priorizar outros conteúdos, seja por já terem aula de educação física, torna-se uma aula pouco trabalhada. Vinte e cinco por cento acredita que o tempo é insuficiente para trabalhar todas as disciplinas e ainda fazer brincadeiras com as crianças, enquanto onze por cento acreditam que o docente não gosta de trabalhar com estas atividades.

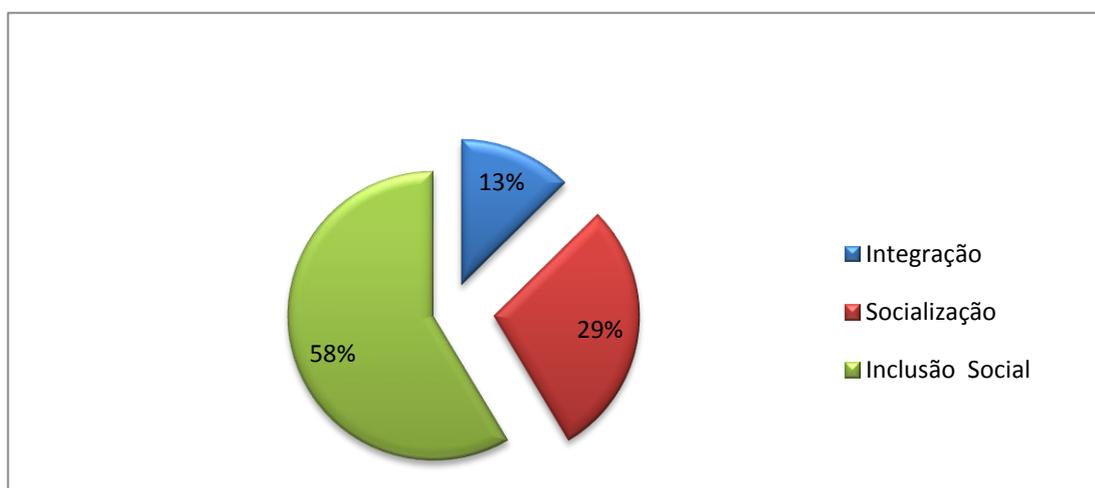
Com a observação percebe-se que a didática do educador continua nos livros e cópias na lousa, em nenhum momento durante a observação foi realizada

uma dinâmica ou brincadeira, e sim competição mesmo, para quem termina primeiro a atividade. O único tempo-que eles tinham para brincar era durante o intervalo e, uma vez por semana, quando acontece a aula de educação física e isso quando não chove.

Durante a observação pode perceber que a professora utiliza alguns recursos da psicomotricidade para trabalhar com os alunos do terceiro ano, propondo exercícios envolvendo a lateralidade, noção espacial com bambolês, direita, esquerda, frente, trás, corrida de costa, de lado, com longo percurso, com curto percurso; enfim, se percebe que ela consegue trabalhar bem às duas horas em que lhe é são disponibilizadas para ministrar sua aula.

Alves (2008, P.138) fala: “o trabalho do pedagogo consciente dá importância e utiliza a psicomotricidade na escola”. A citação é esclarecedora no que diz respeito ao trabalho do profissional da educação, sabendo da validade em se utilizar da mesma para que possa alcançar o desenvolvimento do ensino aprendizagem dos envolvidos neste processo.

Gráfico 3: Qual a importância da inclusão de crianças deficientes nas escolas regulares?



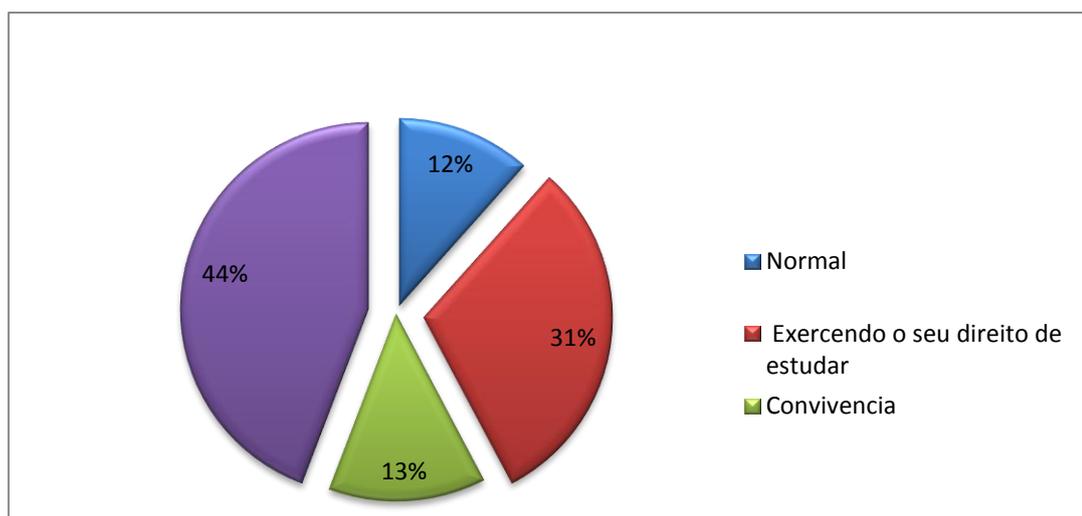
Fonte: Sirlene Almeida de Jesus, de acordo com a coleta de dados.

Na concepção de alguns pais o ingresso na educação regular contribui para a inserção do indivíduo na sociedade, sabendo que o deficiente em muitos casos convive apenas com a família, seja pelo tipo de deficiência, seja pelas dificuldades da família em adquirir meios para levá-lo ao contato com outras pessoas.

A escola desenvolve papel fundamental na inclusão, pois a mesma deve ser o espaço onde se favoreça a todos os alunos o acesso ao conhecimento e para que possam desenvolver suas competências, ou seja, a possibilidade de alargar os conhecimentos e de exercitar a própria cidadania. “A escola, como o segundo espaço de socialização de uma criança, tem um papel fundamental na determinação do lugar que a mesma passará a ocupar junto à família e, por consequência, no seu processo de desenvolvimento”. (MAINIERI, 2005, p.28).

Sabe-se que a escola é o lugar privilegiado onde se dão as diversas relações, não somente entre alunos/alunos como também entre professor/alunos, alunos/grupos escolar.

Gráfico 4: Como foi saber que seu filho tem um colega deficiente?

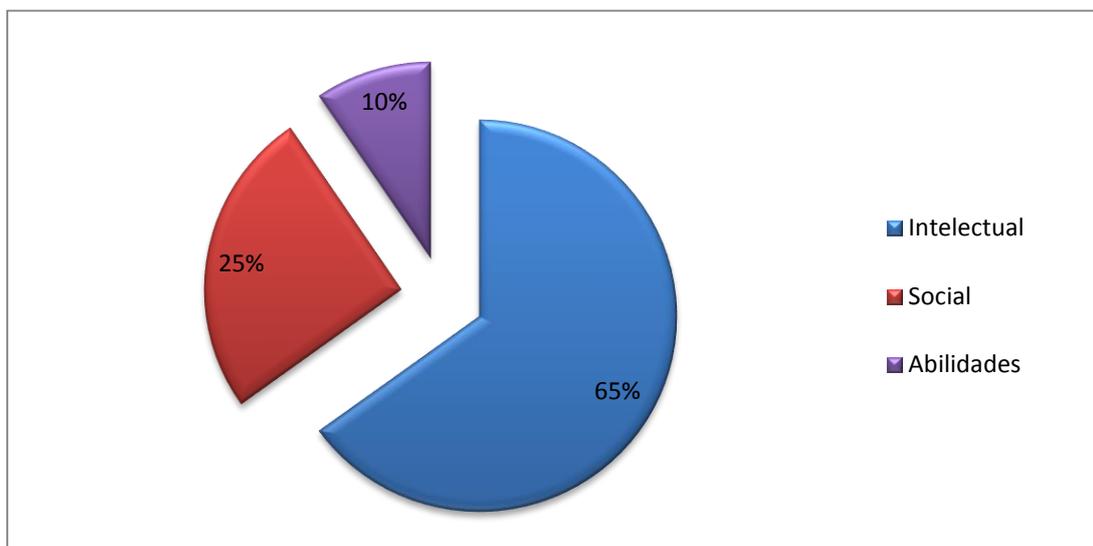


Fonte: Sirlene Almeida de Jesus, de acordo com a coleta de dados.

A escolarização integradora é o modo mais eficaz para a construção da solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. (Saberes e práticas da inclusão, 2006, p.21). A integração destes alunos se faz importante não somente para eles como também para os outros que-tendo como experiência o convívio com o diferente, entendem que nem todos os alunos têm conhecimento ou convivência com pessoas deficientes. Neste pensamento, a inclusão é um processo onde todos ganham, pois quanto mais se compartilha com o diferente, mais se aprende.

Para a maioria dos pais a aceitação do deficiente é uma forma de provocar nas crianças o desenvolvimento de outras competências, com isso a formação delas será não só em nível intelectual, mas também na formação humana.

Gráfico 5: Em que aspecto foi possível perceber que seu (a) filho (a) desenvolveu desde que chegou à escola?



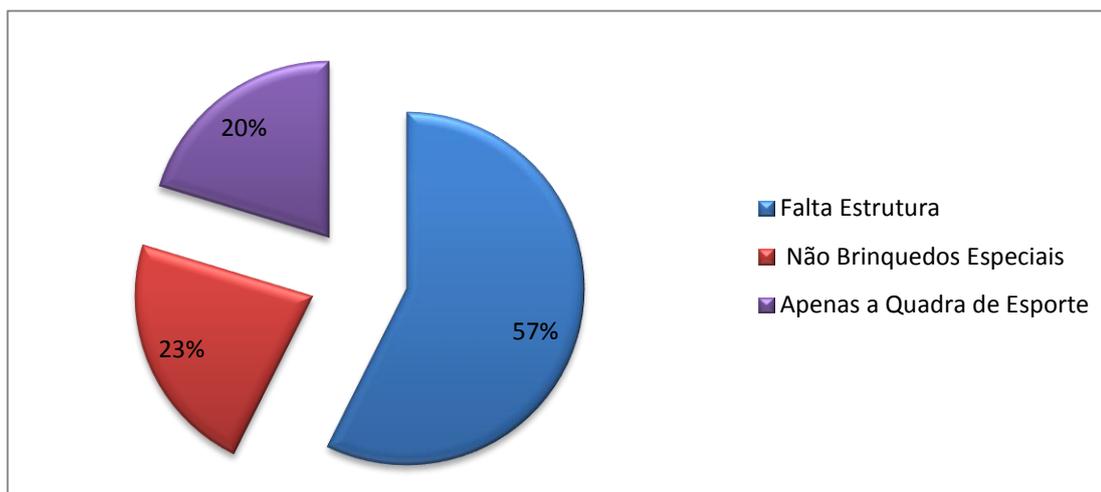
Fonte: Sirlene Almeida de Jesus, de acordo com a coleta de dados.

O gráfico demonstra que cinquenta e nove por cento dos pais dizem que ao ingressarem na escola as crianças desenvolvem o intelecto, fazendo relação à aprendizagem, para vinte e cinco por cento diz que é perceptível o desenvolvimento dos filhos no âmbito social, enquanto dez por cento identificaram o crescimento em habilidades na leitura, a melhora na escrita, entre outros.

Neste sentido Freire (2011, p.28) diz que: “percebe-se assim, a importância do papel do educador”.

Para Freire ao reconhecer a aprendizagem dos alunos, também se reconhece a importância do papel do educador, pois se houve aprendizagem é porque foi realizado um processo de ensino para que este chegasse a este nível de aprendizagem, no entendimento dos pais este está contribuindo de forma eficaz para o crescimento gradativo de seus filhos.

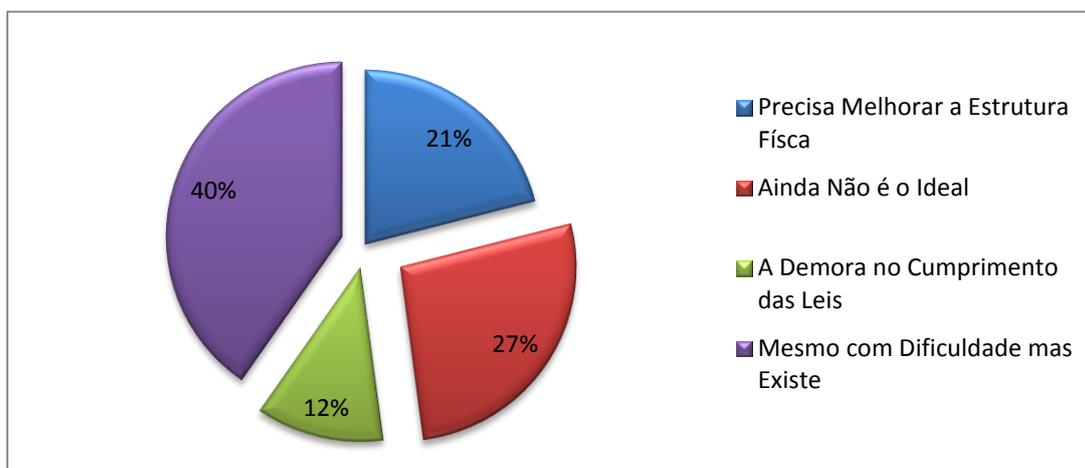
Para eles é perceptível o desenvolvimento da criança deficiente após ingressar na escola, este percebe que ela ao interagir com outras crianças, começou a prestar mais atenção ao seu redor, melhorando assim o seu comportamento.

Gráfico 6: Que estrutura a escola oferece para a recreação das crianças?

Fonte: Sirlene Almeida de Jesus, de acordo com a coleta de dados.

O gráfico apresenta a resposta de alguns pais ao serem questionados sobre a estrutura oferecida pela escola para a recreação dos filhos. Sessenta e cinco por cento dos pais reconhecem a falta de estrutura física da escola, para a realização da recreação dos alunos que não seja só no momento da aula de educação física, no caso das crianças deficientes não tem estrutura, nenhuma, falta um fraldaria, onde o professor auxiliar possa ir para trocar à criança quem tem necessita usar de fraldas, por exemplo, enquanto fazia a observação aconteceu que precisou trocar o aluno, a professora auxiliar pede que a outra professora possa sair com os alunos para o refeitório, enquanto era realizada a troca da fralda, além disso, a escola não conta com sala de recurso. Vinte e três por cento que na escola falta brinquedos adequados para os alunos deficientes, aqueles que a criança tem é trazido de casa, vinte por cento diz que a escola conta apenas com a quadra poliesportiva como espaço de recreação das crianças.

Gráfico 7: Para você a inclusão de alunos deficientes na Escola Regular existe de verdade ou ainda não passou do papel?



Fonte: Sirlene Almeida de Jesus, de acordo com a coleta de dados.

O presente gráfico apresenta a concepção dos pais sobre a inclusão dos deficientes na escola onde quarenta por cento reconhecem que está acontecendo esta inclusão mesmo com as dificuldades na adaptação de estruturas para o acolhimento destas crianças, cerca de vinte e sete por cento que ainda não é o ideal, mas que está caminhando, vinte e um por cento acreditam que existe, porém precisa melhorar a estrutura física na escola para um melhor atendimento dos deficientes, doze por cento que há uma demora no cumprimento das leis e isto tem dificultado o processo de inclusão.

Na medida em que se abre espaço nas escolas a inclusão acontece, mas só isso não é suficiente para se dizer que a inclusão existe de fato, dessa maneira precisa-se que haja participação desses alunos nas atividades e que seja criada condições para a eficácia desta participação.

Para os pais que responderam o questionário, mesmo com toda dificuldade, seja de estrutura, seja de matérias, mas as escolas estão se esforçando para receber estas crianças e neste sentido a secretaria de educação especial do município tem desenvolvido um bom trabalho, com formação e acompanhamentos destas crianças nas escolas regulares do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa percebe-se que a utilização da psicomotricidade como contribuição no processo de ensino aprendizagem precisa ser mais utilizada, pois nem sempre o profissional realiza atividade com o intuito de trabalhar o desenvolvimento motor da criança, por mais que alguns dizem que trabalha quando acha necessário, além da educação física aparece poucos relatos de atividades de movimento no cotidiano da escola.

Os resultados da pesquisa realizada a partir da observação e da aplicação do questionário apontaram que nem sempre os educadores utilizam a psicomotricidade como contribuição para o ensino aprendizagem da criança deficiente, para alguns educadores a motricidade é trabalhada quando sente a necessidade, para outros esta é trabalhada em forma de competições entre os alunos como forma de incentivo para que eles terminem a tarefa, ou em forma de trabalhar a escrita. No entanto para o desenvolvimento da motricidade o professor deve ir além destas atividades, onde seja possível trabalhar a lateralidade, a noção espacial e temporal, a coordenação motora em geral, e isto se faz com atividades direcionadas, com brincadeiras de amarelinha que a criança exercita o equilíbrio, rasgar tiras de revistas onde se trabalha a coordenação motora, terra água, trabalhando a noção de direita esquerda.

Coloca-se em jogo a necessidade de ampliação das atividades realizadas, em especial para os alunos deficientes que pode ter na psicomotricidade a oportunidade de fortalecimento dos movimentos, sabendo que no município não tem clinicas especializadas em fisioterapia, a educação motora em algumas deficiências se torna a oportunidade não ir tarifando por falta de movimentos, no casa das crianças com leve deficiência.

Nesta perspectiva a inclusão destas crianças vem acontecendo em caráter social, uma vez além da socialização não se oferecer outra oportunidade para o aperfeiçoamento dos seus movimentos, diferentes dos outros alunos eles tem mais dificuldades em realizar com frequência este tipo de atividade, também se nota a falta de jogos pedagógicos para a realização de atividades diferenciadas com estes alunos que por mais que os educadores auxiliar (cuidadores) queira realizar atividades em que se trabalhe a motricidade com o aluno ele não consegue por falta de matérias.

Portanto, cabe ressaltar que enquanto conhecimento da psicomotricidade da sua contribuição para o processo educacional dos alunos é de conhecimento do professor, porém lhe falta a disponibilidade para acrescentar em seu planejamento atividades relacionada à motricidade, mesmo em um espaço pequeno se ele deseja pode fazer atividade motora com a turma, quanto estava estagiando fiquei em uma sala que todos os dias a professora realizava uma ginastica com as mãos com o intuito de trabalhar os dedos dos alunos antes de começarem a fazer as atividades e esta era uma turma de terceiro ano do ensino fundamental.

O que a pesquisa permitiu compreender é que se falta disponibilidade dos professores em procurar atividades, sobra disposição dos alunos em exercitar a motricidade de forma desordenada no momento do intervalo, onde cada um procura um colega se juntam e logo começa a brincar de pique pega ou alguma outra brincadeira sempre relacionada ao movimento.

Para reverter este quadro, além do investimento em jogos pedagógicos com materiais adequados para o trabalho com os alunos deficientes, na infraestrutura da escola buscando espaços alternativos além da sala de aula, será preciso o fortalecimento da importância de se trabalhar a psicomotricidade através de atividades com os alunos, enfatizando a sua contribuição na formação integral dos educandos, incentivar os educadores a realizarem projeto que tenha como objetivo principal trabalhar a motricidade.

REFERENCIAS

ANA GUIMARÃES <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=15275>

AUTOR DESCONHECIDO. **Histórico, Sociedade Brasileira de Psicomotricidade**. Disponível em: <http://www.psicomotricidade.com.br/historico.htm> Acesso em: 22 mar. 2017.

ALVES, Fátima. **Psicomotricidade: corpo, ação e emoção**. 4.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

ALMEIDA, Geraldo Peçanha. **Teoria e prática em psicomotricidade: jogos, atividades lúdicas, expressão corporal e brincadeiras infantis**. – 5.ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.
160p. : 21 cm

BRASIL. **E24e..Educação inclusiva: v. 3 : a escola / coordenação geral SEESP/MEC** ; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 26 p.

BRITO, Viviane Faria Alcântara. **Psicomotricidade. Disponível em:** [ttp://pessoal.educacional.com.br/up/4380001/1946284/t203.asp](http://pessoal.educacional.com.br/up/4380001/1946284/t203.asp) Acesso em: 12 de abril. 2017.

CERVO E BERVIAN (1978:25), Stake (1999) (S.B.P.1999)

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - Wikilivros
Texto encontrado: tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 cinco anos Url:

https://pt.wikibooks.org/wiki/Diretrizes_Curriculares_Nacionais_para_a_Educa%C3%A7%C3%A3o_Infantil 13/1/1/9 - De: Plagium MS - Status: unavailable

GOMES Mario (organizador) /**Construindo as trilhas para inclusão** 2.ed.- Petropolis, RJ: Vozes, 2012.- (Coleção Educação Inclusiva) Jannuzzi, Gilberto S. de M., 1928-

GIL, Antônio Carlos, **1946-G392m**
Métodos e Técnicas de pesquisa social/ Antônio Carlos Gil São Paulo: Atlas, 1987.

SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO 1. Educação inclusiva. 2. Direito à educação. 3. Necessidades educacionais. 4. Educação de pessoas com deficiências. I. Brasil. Secretaria de Educação Especial.

JANNUZZI GILBERTO S. de M **A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI/** Gilberto S. de M. Jannuzzi.-3. Ed. rev.- Campinas, SP: Autores Associados, 2012.- (Coleção educação contemporânea) **LAVILLE e DIONE**, 1999:188-190 (1994:13, apud ARAÚJO et al. 2008)

Universidade do Estado do Amazonas. PROFORMAR. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. rev. amp. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas. 2005.

LE BOULCH, Jean. **Educação psicomotora: psicomotricidade na idade escolar**; tard. De Jeni Wolff. – Porto Alegre: Artmed, 1987.
356p.: il.; 23 cm

MONTOAM, MARIA TEREZSA EGLÉR P O I É S I S – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO – UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

Unisul, Tubarão, v. 7, n. 11, p. 83 – 95, Jan/Jun 2013. By Zumblick Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

MÉTODOS DE PESQUISA / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
Denise Tolfo Silveira e Fernanda Peixoto Córdova.

REVISTA DE CONTABILIDADE E ORGANIZAÇÕES, vol. 6 n. 14 (2012)

PERFIL DAS SALAS DE RECURSOS: construindo uma leitura acerca das políticas recentes para a inclusão escolar

SERVA, *RAE* • v. 35 • n. 3 • Mai./Jun. 1995

SILVIA, Luiza Guacira dos Santos. **Educação inclusiva: prática pedagógica para uma escola sem exclusão**/ Luiza Guacira dos santos Silva. – 1ed.- São Paulo Paulinas, 2014.---(coleção pedagogia e educação)

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: **recomendações para a construção de escolas inclusivas. [2. ed.]** / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

WWW.google.com

<http://pereirapsicomotorescolar.blogspot.com.br/2012/02/psicomotricidade-no-mundo-no-brasil-e.html> quarta-feira dia 19 de maio de 2017 as 09h 26min

Home Jurisprudência Diários Oficiais Artigos Notícias Modelos e Peças Legislação BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996): Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

<https://www.google.com.br/search?>

Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6 n. 14 (2012) p. 127-144.

<http://www.livrosgratis.com.br> MARIA MONTESSORI EDITADO.pmd 21/10/2010, HERMANN RÖHRS

Url: http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf

12/1/1/1 - De: Plagium MS - Status: unavailable Url:
<http://www.efdeportes.com/efd126/psicomotricidade-historia-e-intervencao-profissional.htm>

7/1/1/2 - De: Plagium MS - Status: checked

VEIGA MÁRCIA MOREIRA Revista_paidéia_2008.pmd

APÊNDICES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

APÊNDICE A: Questionário para o apoio pedagógico

01- Quais os maiores desafios encontrados no trabalho?

02- Como você pensa em trabalhar a formação integrada com os docentes da escola?

03- O que Você faz para atender as demandas dos professores?

04- Como você trabalha com os professores?

05- O que você pensa sobre a inclusão dos alunos deficientes?

06- Como você orienta a formação dos professores para acolher possíveis alunos deficientes?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

APÊNDICE B

- 1- Como surgiu a educação especial aqui no Município?
- 2- Quais as professoras iniciaram este processo?
- 3- Em quais escolas tinham este tipo de educação e como era?
- 4- Quais recursos vocês podiam contar?
- 5- Quais formações são oferecidas na atualidade?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

APÊNDICE C: Questionário para os professores

Na sua atuação é possível notar a relevância da psicomotricidade para o desenvolvimento e aprendizagem do educando, tendo como referência as brincadeiras desenvolvidas em contexto escolar, séries iniciais do ensino fundamental.

01 - Com qual frequência você trabalha as brincadeiras como parte da aprendizagem e do desenvolvimento do aluno na sala de aula?

- () Quase não se trabalha por falta de disponibilidade de espaço e tempo;
- () Não temos formação suficiente para esta atividade uma vez que tem professor de educação física;
- () Acho que não cabe a me fazer este tipo de atividade, por que já tenho as outras para ministra.

02- Como você faz para trabalhar o desenvolvimento da coordenação motora dos alunos?

- () O é muito pouco para realizar atividades extra;
- () Os outros conteúdos são mais importantes que trabalhar a coordenação através de brincadeiras;
- () acho que as brincadeiras deixa a turma agitada e da muita bagunça.

03- Quais recursos são disponibilizados para o trabalho com o público deficiente, neste contexto de inclusão?

- Nos últimos anos são oferecido algumas capacitações;
- Há pouca capacitação e recursos para esta área que é uma da mais complexas da atualidade;
- Falta investimento da parte do estado e do município em capacitações e matérias e até mesmo em recursos humano para o trabalho.

04 - Quais as formações de que você já participou para trabalhar seja com alunos deficientes, seja para trabalhar a motricidade em sala de aula?

05 - Com quais espaços você pode contar para trabalhar com seus alunos, além da sala de aula?

- A quadra da escola;
- O pátio da escola;
- somos proibidos de levar as crianças para brincar fora da sala.

06- Que apoio você recebe para desenvolver trabalhos ou projetos, que visam a interação e formação integral do aluno?

07- O que você Pensa da inclusão de crianças deficientes na Escola Regular?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

APÊNDICE D: O presente questionário visa a obtenção de informações sobre a aplicabilidade da educação por movimentos (psicomotricidade) por professores nas salas de aula da escola Jociêides Andrade.

01- Sabe-se que o movimento contribui para o desenvolvimento humano: como o professor tem trabalhado atividades que incluem movimentos na sala de aula?

() o professor não trabalha com atividade onde as crianças podem se movimentar, por não saber como fazer;

() o professor não acha que o movimento é importante para a criança;

() o professor tem medo que as crianças se machuquem durante a aula;

02- O professor está preparado para desenvolver atividades físicas na sala de aula?

() o professor não sabe como trabalhar atividades em que as crianças possam se movimentarem na sala;

() o professor não tem formação suficiente para fazer estas atividades com os alunos;

() o professor não gosta que os alunos fique se movimentando na sala.

03 - Qual a importância da inclusão de crianças deficientes nas escolas regulares?

- a inclusão é importante para o aluno deficiente sair dos muros da sua casa;
- a inclusão é uma forma de trazer o deficiente para a sociedade;
- a inclusão não condiz com a realidade da sala de aula.

04 - Como foi saber que seu filho tem um colega deficiente?

- bom, por que a deficiência todos nós temos alguma, uns mais acentuada outros menos;
- normal, pois ele é só uma criança que tem os mesmos direitos de estudar como outro;
- ainda não pensei no assunto.

05 - Em que aspecto foi possível perceber que seu (a) filho (a) desenvolveu desde que chegou à escola?

06 - Que estrutura a escola oferece para a recreação das crianças?

07 - Para você a inclusão de alunos deficientes na Escola Regular existe de verdade ou ainda não passou do papel?
